

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP**

**ANA CRISTINA CAMPOS PRADO TEIXEIRA**

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
POSSIBILIDADE DE ALIAR A TEORIA À PRÁTICA E  
FLEXIBILIZAR A FORMAÇÃO**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

**São Paulo  
2011**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP**

**ANA CRISTINA CAMPOS PRADO TEIXEIRA**

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
POSSIBILIDADE DE ALIAR A TEORIA À PRÁTICA E  
FLEXIBILIZAR A FORMAÇÃO**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Contábeis e Financeiras, sob a orientação do Livre Docente Prof. Dr. José Carlos Marion.

**São Paulo  
2011**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Livre Docente Prof. Dr. José Carlos Marion**

Orientador

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

---

**Prof. Dr. Prof. Dr. Masayuki Nakagawa**

Universidade de São Paulo – FEA/USP-SP

---

**Prof. Dr. Napoleão Verardi Galeale**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

**Dedico este trabalho:**

À Deus, com amor, respeito, gratidão e reconhecimento de sua presença constante, no decorrer dessa caminhada.

Ao Regis, meu marido, com amor e gratidão pela compreensão e incansável apoio durante a construção deste trabalho.

Ao Felipe, meu filho abençoado, que foi o meu estímulo, pela sua carinhosa demonstração de afeto e paciência.

## AGRADECIMENTOS

À Deus pela sabedoria, discernimento e força, a mim confiadas sem as quais seria impossível a realização desse trabalho.

Ao meu marido Regis, cujo amor, compreensão e apoio, foram de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Ao meu filho Felipe, que apesar dos seus quatro anos de idade, sempre compreendeu a necessidade da ausência da mãe, o que me deu serenidade e força para realizar este trabalho.

Aos meus sogros, Floriano e Marisa Teixeira, que além de financiar parte deste estudo, sempre acreditaram e me apoiaram.

À toda a minha família, em especial ao meu pai Sebastião e ao meu irmão Marcos.

À Dona Tianinha, por cuidar de meu filho com todo amor e carinho, possibilitando este estudo com tranquilidade.

Ao meu orientador, Livre Docente Prof. Dr. José Carlos Marion, por ter me incentivado a enveredar por um caminho, um tanto desconhecido, pelos tantos incentivos e pelo seu profissionalismo que permitiram a minha chegada até aqui.

Aos membros da banca examinadora, Professores Doutores Masayuki Nakagawa e Napoleão Verardi Galegale, pelas importantes contribuições oferecidas para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores doutores do Programa de Mestrado, Prof.Dr. Belly, Prof. Dr. Arima, Prof. Dr. Oliveira, Prof. Dr. Fama, Prof. Dr. Iudícibus, Prof. Dr. Roberto e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. e querida Neuza, pelo esforço em dividir e construir conhecimento, pelas trocas e pela amizade conquistada.

A todos os colegas de mestrado, em especial aos meus amigos Arnildo, Benedito e Elaine, pelo companheirismo e amizade.

À secretária do programa Ligia, pelo profissionalismo, eficácia e cuidado para com os alunos.

Aos professores Ronaldo Pelozzo e Lazaro Quintinho Alves, que tiveram papel fundamental na minha vida profissional, no sentido de me ajudar nos primeiros passos rumo ao conhecimento e a paixão por contabilidade, especificamente em ensinar contabilidade.

Aos respondentes da pesquisa, coordenadores que participaram deste trabalho, pela ajuda concedida para uma melhor compreensão dos caminhos do ensino com qualidade.

À Professora Sueli Freitas Ferreira, pela ajuda na revisão gramatical e pelo constante incentivo.

À professora Juraci C. Beraldi, pela ajuda nas muitas leituras do texto, mantendo-se sempre pronta a oferecer palavras de conforto e incentivo.

À CAPES, por me confiar uma bolsa de estudos.

Meu muito obrigado a todos que, direta ou indiretamente, se envolveram neste trabalho.

*Pois o Senhor é quem dá sabedoria;  
de sua boca procedem  
o conhecimento e o discernimento.  
Ele reserva a sensatez para o justo;  
como um escudo  
protege quem anda com integridade,  
pois guarda a vereda do justo e protege o  
caminho de seus fieis.*

*Então você entenderá o que é justo, direito e  
certo, e aprenderá os caminhos do bem.  
Pois a sabedoria entrará em seu coração e o  
conhecimento será agradável à sua alma.*

Provérbios 2 : 6-10.

TEIXEIRA, Ana Cristina Campos Prado. **Atividades Complementares em Ciências Contábeis Possibilidade de Aliar a Teoria à Prática e Flexibilizar a Formação** 107 F. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 2011.

## RESUMO

As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Ciências Contábeis, instituída pela Resolução CNE/CES 10 de 16 de dezembro de 2004. Contudo, não há norma que estabeleça um padrão específico de carga horária, ou qualquer forma de organização e administração das referidas atividades. Neste contexto, este estudo objetiva identificar se há um padrão na realização de atividades complementares no curso de Ciências Contábeis, no que se refere à carga horária, organização, administração e custo, e analisar a contribuição dessas atividades para o aprendizado do aluno e a qualidade do curso na percepção dos coordenadores. Para tanto foi definido o referencial teórico com base nos conceitos históricos de ensino contábil no Brasil, nos conceitos de avaliação do ensino, nas necessidades do mercado de trabalho, nas possibilidades do contador e nas atividades complementares, sempre considerando a importância da flexibilização do ensino e de atividades práticas. Com relação à metodologia, neste estudo foi feita opção pela abordagem qualitativa, do tipo exploratório-descritiva. Para realização da pesquisa foi organizada uma amostra contendo dezenove cursos de graduação em Ciências Contábeis, sendo utilizado como critério para a escolha das instituições, o fato de estas estarem entre as nove instituições que obtiveram conceito cinco do Ministério da Educação e as outras dez instituições obtiveram conceito quatro. E, ainda, para a escolha destas dez que obtiveram conceito quatro, foi considerada a aceitação dos alunos com relação ao projeto pedagógico da instituição. A coleta de informações foi feita por meio de questionário, enviado por e-mail aos coordenadores dos dezenove cursos e por informações secundárias disponíveis nos sites das instituições participantes da pesquisa. Pode se concluir que não há um padrão quanto à carga horária, organização e administração das atividades complementares; que as atividades complementares são utilizadas como estratégias de ensino; que algumas instituições consideram que as atividades complementares geram recursos para os cursos; outras são indiferentes, mas, a grande maioria, considera que onera o curso devido a sua organização. Assim, a percepção obtida dos coordenadores é que as atividades complementares auxiliam na formação do profissional e na qualidade do curso.

**Palavras-Chave:** Atividades Complementares, Ensino de Ciências Contábeis, Flexibilização do Ensino, Atividades Práticas em Contabilidade.

## ABSTRAT

The complementary activities are required curriculum components, according to the National Curriculum Guidelines for Undergraduate courses in Accounting, established by the Resolution CNE / CES 10 of December 16<sup>th</sup> , 2004. However, there is no regulation that establishes a specific pattern of hours, or any form of organization and administration of those activities. In this context, this study aims to identify whether there is a pattern in carrying out complementary activities in the course of Accountancy, in relation to workload, organization, administration and cost, and by analyzing the contribution of those activities to the student's learning and course quality with respect to the perception of course coordinators. To that end, we set the theoretical framework based on historical concepts of accounting education in Brazil, the concepts of evaluation of teaching, the needs of the labor market, the possibilities of accountants and complementary activities, bearing in mind the importance of flexible teaching and practical activities. With respect to methodology, in this study an option for the qualitative approach of the exploratory-descriptive kind has been made. To conduct the study a sample containing nineteen undergraduate courses in accounting was organized, and it is used as a criterion for the choice of institutions the fact that these are among the nine institutions that got concept five of the Ministry of Education and other institutions had ten concept four. And yet, for choosing this ten that had concept four, it was considered the acceptance of students with respect to the institution's educational project. Data collection was done by means of a questionnaire sent by e-mail to the coordinators of the nineteen courses and by secondary information available on the websites of the institutions participating in the survey. It can be concluded that there is no standard as to the workload, organization and administration of complementary activities; and that complementary activities are used as teaching strategies; and that some institutions consider that the activities generate additional resources for the courses, others are indifferent, but the vast majority believes that they burden the course due to their organization. Thus, the insight gained is that the coordinators of complementary activities assist in professional training and quality of the course.

**Keywords:** Complementary Activities, Teaching of Accounting, Flexibility in Teaching, Practical Activities in Accounting.

## LISTAS DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Cronologia de Acontecimentos e Legislação referente ao Ensino de Ciências Contábeis.....	28
<b>Quadro 2</b>	Posição do Curso de Ciências Contábeis em Termos de Quantidade de Cursos Oferecidos.....	29
<b>Quadro 3</b>	Total de Cursos de Ciências Contábeis Oferecidos Presencial e a Distância - 2010 .....	29
<b>Quadro 4</b>	Critério de Análise de Atividades Complementares.....	32
<b>Quadro 5</b>	Tópicos Utilizados no Questionário.....	71
<b>Quadro 6</b>	Instituições que possuem Carga Horária para Atividades Complementares.....	74
<b>Quadro 7</b>	Carga Horária de Atividades Complementares.....	74
<b>Quadro 8</b>	Carga Horária de Atividades Complementares – Instituições Públicas.....	75
<b>Quadro 9</b>	Carga Horária de Atividades Complementares – Instituições Privadas.....	75
<b>Quadro 10</b>	Relação Percentual entre a Carga Horária de Atividades Práticas e a Carga Horária Total do Curso.....	76
<b>Quadro 11</b>	Relação Percentual entre a Carga Horária de Atividades Complementares e a Carga Horária Total do Curso.....	77
<b>Quadro 12</b>	Total de Instituições que possui Manual ou Diretriz para Atividades Complementares.....	78
<b>Quadro 13</b>	Atividades Complementares Oferecidas pela Instituição.....	78
<b>Quadro 14</b>	Tipo de Atividades oferecidas pela Instituição.....	79
<b>Quadro 15</b>	Atividades Válidas como Complementares.....	80
<b>Quadro 16</b>	Critério de Valoração de Carga Horária por Atividades.....	81
<b>Quadro 17</b>	Prazos para Cumprir as Horas de Atividades Complementares.....	82
<b>Quadro 18</b>	Documentos Comprobatórios de Atividades Complementares .....	82
<b>Quadro 19</b>	Responsável para Organizar as Atividades Complementares.....	83

<b>Quadro 20</b>	Responsável por Receber os Documentos Referentes às Atividades Complementares.....	84
<b>Quadro 21</b>	Prazo de Entrega da Documentação.....	84
<b>Quadro 22</b>	Estratégia das Instituições quanto ao Tempo para os alunos do Curso Noturno.....	85
<b>Quadro 23</b>	Ganho ou Perda Financeira com Atividades Complementares.....	86
<b>Quadro 24</b>	Percepção do Coordenador quanto à importância das Atividades Complementares para o Aluno.....	86
<b>Quadro 25</b>	Opinião do Coordenador quanto à Percepção do Aluno, quanto às Atividades Complementares .....	87
<b>Quadro 26</b>	Contribuição das Atividades Complementares na Qualidade do Curso.....	88
<b>Quadro 27</b>	Dificuldades em Relação às Atividades Complementares.....	88
<b>Quadro 28</b>	Atividades Complementares Independente da Obrigatoriedade.....	89

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Análise Percentual entre o Total de Instituições e o Índice Geral de Curso .....	67
<b>Tabela 2</b>	Instituições Avaliadas pelo ENADE em 2009 com IGC 5 .....	68
<b>Tabela 3</b>	Instituições Avaliadas pelo ENADE considerando a Nota de Projeto Pedagógico.....	69
<b>Tabela 4</b>	Relação Quantidade de Alunos e Nota de Projeto Pedagógico.....	70

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Quantidade de Instituições de Ensino por Estado.....	72
<b>Gráfico 2</b>	Proporção entre Instituições Públicas e Privadas .....	73

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1</b>	Competências como Fonte de Valor para o Indivíduo e a Organização.....	39
-----------------	--	----

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AICPA</b>	Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados
<b>CES</b>	Câmara da Educação Superior
<b>CESUCA</b>	Faculdade INEDI
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>COC</b>	Instituto de Ensino Superior COC
<b>CPC</b>	Comitê de Pronunciamento Contábil
<b>CPC</b>	Conceito Preliminar de Curso
<b>CRC</b>	Conselho Regional de Contabilidade
<b>CTAA</b>	Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>DCN</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>ENADE</b>	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
<b>ES</b>	Ensino Superior
<b>FCEA</b>	Faculdade de Econômicas e Administrativas
<b>FEA</b>	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
<b>FECAP</b>	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
<b>FUCAPE</b>	Faculdade FUCAPE
<b>IES</b>	Instituição de Educação Superior
<b>IGC</b>	Índice Geral de Curso
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MACKENZIE</b>	Universidade Presbiteriana MACKENZIE
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NBC</b>	Norma Brasileira de Contabilidade
<b>NSA</b>	Não Será Analisado
<b>PPC</b>	Projeto Pedagógico do Curso
<b>PUCSP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>RES.</b>	Resolução
<b>SC</b>	Sem Conceito
<b>SINAES</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso

<b>UCS</b>	Universidade de Caxias do Sul
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UFSJ</b>	Universidade Federal de São João Del Rei
<b>UFV</b>	Universidade Federal de Viçosa
<b>UNB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNIP</b>	Universidade Paulista
<b>UNIPAR</b>	Universidade Paranaense
<b>UNIVATES</b>	Centro Universitário UNIVATES
<b>UNOPAR</b>	Universidade do Norte do Paraná
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>UVA</b>	Universidade Veiga de Almeida
<b>UCS</b>	Universidade de Caxias do Sul
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UFSJ</b>	Universidade Federal de São João Del Rei
<b>UFV</b>	Universidade Federal de Viçosa
<b>UNB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNIP</b>	Universidade Paulista
<b>UNIPAR</b>	Universidade Paranaense
<b>UNIVATES</b>	Centro Universitário UNIVATES
<b>UNOPAR</b>	Universidade do Norte do Paraná
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>UVA</b>	Universidade Veiga de Almeida

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1. EVOLUÇÃO DO ENSINO DE CONTABILIDADE NO BRASIL.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2. AVALIAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3. EXIGÊNCIAS DO MERCADO PROFISSIONAL.....</b>	<b>33</b>
2.3.1. Adaptação do Ensino às Necessidades do Mercado Contemporâneo..	36
2.3.2. Flexibilidade na Formação.....	43
<b>2.4. POSSIBILIDADES PARA DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO CONTADOR.....</b>	<b>45</b>
2.4.1. Perito Contábil.....	48
2.4.2. Auditor.....	49
2.4.3. Consultor.....	49
2.4.4. Contador especializado em Fiscal, Tributária e/ou Trabalhista.....	50
2.4.5. Gestor de Empresas.....	50
2.4.6. Controller.....	50
2.4.7. Gestor Público.....	51
2.4.8. Atuarial.....	51
2.4.9. Profissional da Área Financeira.....	51
2.4.10. Professor/ Pesquisador.....	52
<b>2.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....</b>	<b>53</b>
2.5.1. Tipos de Atividades Complementares.....	54
2.5.1.1. Participação em Palestras, Seminários e Encontros.....	57
2.5.1.2. Cursos Técnicos de Atualização e Cursos Livres.....	58
2.5.1.3. Estágios Não Obrigatórios e Atividades Profissionais.....	59
2.5.1.4. Cursos no Conselho Regional de Contabilidade, Sindicatos e Representantes de Classe.....	59
2.5.1.5. Visitas Técnicas.....	59
2.5.1.6. Grupos de Pesquisas Acadêmicas.....	60
2.5.1.7. Atividades em Laboratório.....	61

2.5.1.8. Monitoria.....	60
2.5.1.9. Atividades Complementares relacionadas ao Desenvolvimento de Atividades Culturais.....	60
2.5.1.10. Cursos de Línguas.....	61
2.5.1.11. Livros, Viagens e Filmes.....	62
2.5.1.12. Atividades Complementares com a Finalidade de Desenvolver Habilidades Pessoais.....	62
2.5.1.13. Cursos de Teatro.....	62
2.5.1.14. Cursos Livres de Compreensão e Interpretação de Texto.....	63
2.5.1.15. Cursos de Etiqueta Empresarial.....	63
2.5.1.16. Retórica.....	63
2.5.1.17. Atividades de Envolvimento do Aluno e a Sociedade.....	63
2.5.1.18. Pesquisas relacionadas à Sociedades e aos Arranjos Produtivos Locais.....	64
<b>3. METODOLOGIA E TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....</b>	<b>65</b>
3.1. MÉTODO E PESQUISA.....	65
3.2. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	67
3.3. ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS.....	70
3.4. ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO.....	71
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>72</b>
4.1. INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS INFORMAÇÕES DA AMOSTRA.....	72
4.2. HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	73
4.2.1. Distribuição do Total de Horas.....	76
4.3. DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES...	77
4.3.1. Atividades Oferecidas pelas Instituições.....	78
4.3.2. Atividades que valem como Atividades Complementares.....	80
4.3.3. Forma de mensurar a Carga Horária das Atividades.....	81
4.4. ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	81
4.5. ESTRATÉGIA QUANTO AO TEMPO PARA ALUNOS DO PERÍODO NOTURNO.....	84
4.6. ANÁLISE DE GANHO OU PERDA FINANCEIRO COM AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	85
4.7. PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES QUANDO ÀS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO.....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>101</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As empresas se desenvolvem de acordo com o meio ambiente em que estão inseridas, à medida que surgem novas situações e possibilidades, aumenta a demanda de informações. A Ciência Contábil acompanha essa evolução, cabe às instituições de ensino a missão de oferecer: profissionais capacitados e adequados às exigências do mercado contemporâneo, e um ensino de esmerada qualidade.

Atualmente, com a evolução da tecnologia, a contabilidade tem possibilidades de atender as necessidades dos envolvidos no processo, no que se refere a desvendar, interpretar e evidenciar situações reais através dos números, de forma a fornecer informações que auxiliem na tomada de decisão, além de classificar, registrar e resumir.

As instituições de ensino, especificamente nos cursos de Ciências Contábeis devem formar profissionais preparados para as transformações do mercado, que estão cada vez mais dinâmicas e que exigem do profissional uma visão interdisciplinar para compreender a complexidade da realidade atual.

Ultimamente, as pessoas buscam o Ensino Superior (ES), em função de uma crescente reivindicação mercadológica, direcionada à avaliação da qualidade dos cursos que são oferecidos por distintas instituições. Para tanto, o Ministério da Educação (MEC) está em constante análise e avaliação desses cursos, visando uma fiscalização acirrada que ofereça melhorias na qualidade do Ensino Superior no país.

Buscando a melhoria no ensino, a ideia de flexibilização se faz presente, uma vez que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis regulamentada pela Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 estabelece regras e estruturas de forma que considerando os arranjos locais e as decisões pessoais dos discentes, um curso pode ter variações nos currículos, de acordo com as necessidades e a realidade da região onde está inserida a instituição, bem como o objetivo profissional de cada discente.

As variações nos currículos podem ser feitas com relação à parte das disciplinas optativas que são oferecidas, e à distribuição das horas práticas. O coordenador tem a liberdade de estruturar o currículo da forma que achar adequado

a sua realidade. Cabe ao discente estabelecer a forma de cumprir as Atividades Complementares, considerando as especificações da instituição, desse modo, o discente faz sua opção de acordo com seus objetivos profissionais, é a individualização do ensino.

A busca para aliar a teoria à prática é constante e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) dá condições para que as instituições desenvolvam atividades práticas, por meio de uma carga horária estipulada, que pode ser utilizada nos estágios, nas atividades complementares, no desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, além de possibilitar que uma determinada carga horária seja à distância. Também, é importante que o aluno tenha contato com atividades da prática profissional.

O desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem em Ciências Contábeis envolve a educação de profissionais dentro de conceitos que vão além do conhecimento técnico, pois são necessárias habilidades que se referem à sua vivência social, cultural, competências e habilidades pessoais inerentes à profissão escolhida.

Este estudo gira em torno de Atividades Complementares, que representam uma das ferramentas de flexibilização do ensino. Isto porque, num mesmo curso podemos ter profissionais que desenvolvem habilidades e competências distintas. Além da flexibilização, a carga horária destinada às atividades complementares possibilita ao aluno participar de atividades práticas, essa vivência é extremamente importante para o seu aprendizado, torna o aluno mais consciente de seu papel como profissional.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis, as atividades complementares são enriquecedoras por reconhecer os conhecimentos, habilidades e competências do aluno dentro e fora do ambiente escolar, incluindo estudos, atividades independentes e interdisciplinares, atividades junto ao mercado de trabalho e atividades relacionadas à comunidade.

Porém, não há um padrão estipulado para utilizar a carga horária de atividades complementares, nem com relação à quantidade de horas, e nem com relação à forma que devem ser estruturadas.

Consta somente orientação de que as instituições devem fazer constar em sua carga horária as atividades complementares e que essas atividades devem ser

consideradas como atividades práticas juntamente com Estágio Supervisionado e com o Trabalho de Conclusão de Curso.

Quanto à carga horária, a Resolução 02, de 2007 estabelece que a carga total para Atividades Práticas que incluem Estágio, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso, não pode superar a 20% da carga horária total do curso que, de Ciências Contábeis, no mínimo é de 3000 horas, e que a instituição deve elaborar diretriz ou norma específica para estas Atividades Complementares. (RES 02/2007; RES. 10/2004).

A falta de padronização se justifica na já mencionada flexibilidade do ensino, em que cada instituição deve adaptar, as atividades práticas conforme a sua realidade.

Considerando que alunos possuem anseios, dificuldades e expectativas diferentes, as atividades complementares se tornam importantes, uma vez que enriquecem a qualidade de ensino, contribuem para que este se adapte à realidade e à necessidade do mercado de trabalho contemporâneo.

Preparar profissionais de qualidade para o mercado profissional em Ciências Contábeis é um desafio às instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, devido à atenção necessária às mudanças de legislação e às conveniências do mercado.

Somente o conhecimento técnico, como era exigido anteriormente, não é o bastante; atualmente são exigidas habilidades técnicas e pessoais relacionadas à profissão.

Neste estudo partimos do pressuposto de que as atividades realizadas em laboratórios, de monitoria, no estudo de línguas, em desenvolvimento pessoal, Interpessoal, cultural ou em determinada área técnica, trazem a possibilidade de um melhor aproveitamento do curso para o aluno, maiores oportunidades mercadológicas, assim como à instituição a propriedade de melhor qualificar o seu aluno e futuro profissional.

Neste contexto, os problemas de pesquisa questionam as instituições de ensino, especificamente no curso de Ciências Contábeis, com relação às atividades complementares, no que se refere a carga horária, organização, estrutura e a percepção dos coordenadores do referido curso, à contribuição dessas atividades para a qualidade do curso e à formação do profissional.

Com base no exposto temos as seguintes questões problema:

- Há carga horária destinada às atividades complementares nas instituições de ensino, que oferecem cursos de Ciências Contábeis e que são consideradas conceituadas, de acordo com o MEC e de acordo com os critérios desta pesquisa?
- Em caso afirmativo, qual a carga horária do curso? Como ocorre a organização, a administração e a relação com o custeio do curso?
- Qual a contribuição das atividades complementares à qualidade do curso e também no processo ensino-aprendizagem dos alunos na percepção dos coordenadores?

De acordo com Oliveira (2011), a formulação do problema é um aspecto importante que exige reflexão e pesquisa, sendo que, o que dá início à pesquisa é a busca da resposta ao problema.

Este trabalho se justifica na escassez de informações específicas e claras de normatização das Atividades Complementares, o que é justificado pela intenção de flexibilização da formação do aluno e a elaboração dos currículos dos cursos, se torna relevante entender o que usualmente é feito nas instituições de ensino com relação a estas atividades. (RES 02/2007; RES. 10/2004).

Outra Justificativa é a necessidade de base teórica para reflexão sobre o tema Atividades Complementares, pois, atualmente, a literatura sobre o tema é incipiente. Este estudo visa gerar fonte de referência para consulta das instituições de ensino que oferecem o curso de Ciências Contábeis.

Sendo a finalidade do estudo, identificar o que acontece nas instituições de ensino e, conseqüentemente, oferecer contribuições ao ensino e pesquisa em Ciências Contábeis, o estudo se torna imprescindível e de considerável contribuição à academia de um modo geral.

Os objetivos da pesquisa se dividem em geral e específicos.

O objetivo geral deste estudo é identificar se há um padrão na realização das atividades complementares no curso de Ciências Contábeis no que se refere à: carga horária, organização, administração e custo, e também, analisar a contribuição dessas atividades para o aprendizado do aluno e a qualidade do curso na percepção dos coordenadores.

Os objetivos específicos são:

- Identificar a carga horária das atividades complementares oferecidas em diferentes instituições.

- Analisar as dificuldades dos coordenadores em lidar com as atividades complementares.

- Verificar junto aos coordenadores, se há estratégias utilizadas para viabilizar essas atividades complementares para os alunos que estudam no período noturno e trabalham durante o dia.

- Levantar dados sobre a ocorrência do impacto das atividades complementares nos custos do curso.

- Analisar a contribuição das atividades complementares na qualidade do curso de graduação em Ciências Contábeis, bem como para o aprendizado dos discentes, na ótica dos coordenadores de curso.

Para a composição do trabalho o estudo foi estruturado em introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e considerações finais.

O Referencial Teórico foi elaborado com o objetivo de demonstrar a importância da adequação do ensino à realidade e às necessidades do mercado de trabalho, bem como os tipos de atividades e como elas podem contribuir para a formação do aluno e a qualidade do ensino como segue:

No primeiro tópico, “A Evolução do Ensino de Ciências Contábeis no Brasil”, apresentamos a evolução de Ciências Contábeis diretamente ligada às alterações do meio ambiente, com base em estudiosos conceituados como Ludicibus, Marion, Nayama, entre outros. Neste tópico também é apresentada a cronologia da legislação que norteia o ensino de contabilidade no país, relacionado à evolução do mercado, e as alterações quanto à forma de ensinar.

No segundo tópico, “Avaliação do Ensino no Brasil”, damos ênfase à questão da avaliação, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) responsável por promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro, para buscar parâmetros de qualidade e equidade no ensino, enfatizando a importância da prática no qual faz parte as atividades complementares.

No terceiro tópico, “Competências e Habilidades exigidas pelo Mercado de Trabalho Contemporâneo”, apresentamos uma reflexão sobre o que é necessário ao profissional contemporâneo, pela visão de distintos autores da área, considerando

que instituições de ensino e alunos devem estar constantemente atentos às expectativas do mercado, com o objetivo de oferecer profissionais qualificados que atendam a essas expectativas. Ainda neste tópico mostramos a adaptação do ensino ao mercado contemporâneo e a situação de flexibilidade da formação.

No quarto tópico, “Possibilidades para Desenvolvimento do Profissional em Ciências Contábeis”, enfocamos as diferentes funções que a formação em Ciências Contábeis oferece, reforçando a ideia de oportunidades de flexibilização, a relevância da formação específica, considerando todas as potencialidades dos alunos, suas competências e diferentes habilidades.

No quinto tópico, “Atividades Complementares”, com base na legislação e na razão de ser das atividades complementares enfatizamos as suas possibilidades, considerando a sua relevância e as vantagens que estas oferecem à instituição.

Na Metodologia apresentamos as abordagens de pesquisa para a escolha do tipo de pesquisa que, neste caso específico é definida como exploratório-descritiva, os critérios de pesquisa, os grupos pesquisados, os métodos para identificação da amostra e, como instrumento de coleta de dados foi elaborado o questionário, que está em apêndice, cujo objetivo visa diferenciados tópicos sobre o tema.

Na Análise dos Resultados apresentamos o perfil dos pesquisados, as respostas obtidas nos questionários, a sistematização dos dados e tecemos considerações sobre cada questão.

Na sequência apresentamos as Conclusões e Sugestões para Trabalhos Futuros.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico deste trabalho discorre sobre: a evolução do ensino de Ciências Contábeis, evidenciando: sua adaptação à realidade; a avaliação dos cursos de Ciências Contábeis buscando assegurar a qualidade; as exigências do mercado de trabalho contemporâneo e a necessidade de utilização de técnicas e estratégias de ensino por profissionais da área de educação; também se aborda a questão da flexibilização do ensino; as possibilidades profissionais do contador, bem como as considerações sobre as atividades complementares.

Por meio desta fundamentação teórica objetiva-se ilustrar e justificar a importância das atividades complementares na melhoria do ensino de Ciências Contábeis para atender à demanda do mercado profissional.

### **2.1. EVOLUÇÃO DO ENSINO DE CONTABILIDADE NO BRASIL**

A primeira escola formal relacionada ao ensino de Contabilidade, segundo Martins, Silva e Ricardino (2007), foi a Escola Politécnica do Estado de São Paulo, fundada em 1894, de acordo com os autores esta instituição conferia aos alunos que fossem aprovados nas disciplinas que integravam o primeiro módulo do curso de engenharia, dentre essas escrituração mercantil, o diploma de Contador.

Em 1902 foi instituída a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), em São Paulo, Ludícibus (2009) cita que era uma escola prática de comércio na qual prevaleciam os conceitos europeus, basicamente, das escolas Alemãs e Italianas e, também neste período, outras escolas nos mesmos moldes foram criadas no país.

Segundo Krauter e Famá (2005), a década de 20 no Brasil, foi marcada pela urbanização e pelo desenvolvimento da indústria; industrialização que teve uma expansão ainda maior após a crise do café de 1929; devido à Depressão, os Estados Unidos reduziram as importações, o que causou a queda do preço do café.

Sontag et al (2007), citam a questão do desenvolvimento da contabilidade nos Estados Unidos, pós crise de 1929:

O desenvolvimento da Contabilidade foi notório nos Estados Unidos, no século XX, principalmente após a Depressão de 1929, com a acentuação de pesquisas nessa área para melhor informar o usuário da Contabilidade. A ascensão cultural e econômica dos EUA, o crescimento do mercado de capitais e, conseqüentemente, da Auditoria, a preocupação em tornar a Contabilidade útil para a tomada de decisão, a atuação acentuada do Instituto dos Contadores Públicos americanos, a clareza didática da exposição dos autores em Contabilidade foram, entre outros, os fatores que contribuíram para a formação da Escola Contábil Americana, que domina nosso cenário contábil atual. (SONTAG et al, 2007, p.3).

Neste contexto, o Brasil teve seu marco na entrada no mundo capitalista de produção, um fato marcante para a contabilidade, que com o desenvolvimento industrial desencadeou a necessidade de mão de obra especializada.

Em 1931, foi criada a primeira, propriamente dita, escola de Contabilidade com cursos, ainda técnicos, de Guarda Livros e Peritos Contadores, segundo Marion e Robles Jr. (1998):

Os cursos de Contabilidade propriamente ditos, foram criados em 1931, através do Decreto 20158, que instituiu o curso Técnico em Contabilidade com duração de dois anos para formar Guarda Livros, e de três anos para formar Peritos Contadores. Esse mesmo Decreto criou o Curso Superior de Administração e Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas. (MARION; ROBLES JR., 1998, p.38).

Niyama (2005) cita que a contabilidade brasileira se desenvolveu em um ambiente vinculado à escrituração, inclusive na formação educacional, ofertando mais cursos de nível técnico.

A demanda de nível técnico era caracterizada pela tecnologia da época, uma vez que eram necessários profissionais que soubessem escrever bem e rápido, tomar notas de ditados de cartas comerciais, manusear máquina de datilografia e qualquer outro equipamento que permitisse registrar, escriturar, resumir e manter organizada as informações para consulta, pois o foco era o patrimônio e, apesar da influência americana, a escola ainda seguia os modelos europeus.

Com o crescimento da profissão, relacionada ao fortalecimento de políticas de estímulo, a entrada de capital estrangeiro e a abertura da bolsa de valores, exigiu-se mais em termos de qualificação. Os órgãos governamentais se fortaleceram, vieram os representantes de classe e as exigências se tornaram crescentes, sendo abertas

Instituições de Ensino Superior, que trabalhavam com conceitos, assim como escolas diferenciadas em termos de ensino e objetivos.

Czesnat, Cunha e Domingues (2009) citam que o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, foi regulamentado a partir do Decreto-Lei 7.988 em 1945, e autorizado a funcionar em 26 de janeiro de 1946, por meio do Decreto 15.601, que instituiu a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) que, posteriormente, foi denominada Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), na Universidade de São Paulo (USP), foi nessa ocasião que surgiu o primeiro Núcleo de Pesquisa Contábil.

Ainda em 1946, a profissão contábil passou a ser regulamentada pelo Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946.

A Lei nº 1.401 de 1951 desmembrou os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, Marion e Robles Jr. (1998) citam que a partir desta lei, o curso de Ciências Contábeis ficou estabelecido de maneira independente e os concluintes passaram a receber o título de Bacharel em Contabilidade. O prazo para conclusão do curso foi definido em quatro anos.

Com a evolução tecnológica, foi preciso que, o antigo “Guarda Livros” ou “Escriturário” se adaptasse às novas tecnologias, bem como o Fisco, igualmente, se especializou e evoluiu em sua ação de fiscalização e cobrança de impostos.

As preocupações da Contabilidade eram voltadas à forma e não à essência, uma coisa muito quadrada realmente. Estou falando de 1968, de coisas de quarenta anos atrás. A preocupação girava em torno do registro contábil, com a nota fiscal, a validade do documento, etc. Era um curso muito conservador e tradicional, e isso atrapalhava um pouco. (SANTOS, 2009, p.49).

A Universidade de São Paulo (USP) passou a analisar a escola americana de contabilidade e trazer conceitos diferenciados, do então sistema europeu utilizado, cujo objetivo era trazer técnicas modernas para adaptá-las à realidade do Brasil.

A realidade do ensino e da prática contábil é diferente desse ‘jeitão’ americano. A ideia é usar, ensinar e pesquisar para produzir instrumento de gestão de informação. [...] O mérito dessa linha se dá pelo que ela produz, pela sua aplicação, pelo seu uso. (MARTINS, 2009, p.54).

As formas de ensinar e aprender foram modificadas, as ideias mudaram, e outras instituições aderiram a essa nova forma de ver e ensinar Contabilidade:

Dessa maneira, percebe-se que o modelo de ensino mudou radicalmente. Segundo esses professores, a reformulação de 1964 tornou-se um divisor de águas na história institucional.

Essa revolução pedagógica e didática foi consolidada por meio da elaboração de materiais, cursos, apostilas e livros que, por sua vez, contribuíam para que o corpo docente e as ideias do Departamento pudessem ser conhecidos. O principal livro resultante desse processo foi 'Contabilidade Introdutória', publicado pela primeira vez em 1969. (RIBEIRO, 2009, p.54).

Em 1992, a Resolução 03/92 trouxe contribuições para o ensino de Contabilidade, Marion e Robles Jr.(1998) afirmam que diversas novidades foram introduzidas, os currículos foram elaborados visando estimular o conhecimento teórico e prático, com a intenção de que o profissional exerça com competência a profissão, considerando as atribuições específicas que lhe foram conferidas pelo diploma de bacharel, assegurando, ao mesmo tempo, condições para o exercício da profissão com competência e ética perante à sociedade.

Foi publicada em 20 de Dezembro de 1996, a Lei nº 9.394/96, que instituiu no Brasil a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, mais conhecida como LDB), e trouxe alterações consideráveis no Ensino Superior. No TÍTULO I, Da Educação, no Art. 1º, § 2º estabelece:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

(...)

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (LDB 9394/96, p.1).

Com relação às alterações destacam-se: a quantidade de mestres e doutores, a quantidade de profissionais em tempo integral e o perfil ligado à formação regionalizada. Esta lei foi complementada pelo Parecer 776/1997, que dá Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, e no qual consta, dentre seus princípios, o de Nº 7, que deve ser assegurada a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes.

7) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária.( PARECER 776/97, p.2).

Em 2002 foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, por meio do Parecer CES/CNE 0146, de 03 de abril de 2002.

Em 6 de novembro de 2003, foi aprovado o Parecer CNE/CES 0289, que teve por objetivo elaborar e aprovar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior (IES) em sua organização curricular.

Em 16 de dezembro de 2004, foi aprovada a Resolução CNE/CES 10 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, como bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior, e que ainda é lei vigente. A Resolução CNE/CES 10/2004 e mais conhecida como Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), assim, quando no texto for abordada a expressão DCN, estamos nos referindo à Resolução 10.

Em 18 de junho de 2007, foi aprovada a Resolução CNE/CES 04 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, nesta resolução é confirmada a carga horária mínima de 3000 horas para o curso de Ciências Contábeis.

Em 11 de junho de 2010 é aprovada a lei 12.249 introduzindo significativas mudanças a lei 9.295 de 1946, Lei de Regência da Profissão Contábil, entre as alterações está a exigência de aprovação em um regime de suficiência para o exercício da Profissão Contábil.

Verifica-se que a partir dos anos 70, acentua-se a preocupação com a formação de profissionais, considerando-se a evolução organizacional das empresas e, até mesmo, do poder público, e as diversas alterações na legislação.

No Quadro 1, apresentamos a sequência de acontecimentos e legislação referentes ao Ensino de Contabilidade no Brasil.

Ano	Documento	Referência
1894		Instituição de Curso que confere o Diploma de Contador, pela Escola Politécnica do Estado de São Paulo.
1902		Fundação da Escola Prática de Comercio - FECAP
1931	Dec. 20158	Primeira Escola Técnica- Guarda Livros e Perito em Contabilidade.
1945	Dec. Lei 7988	Regulamenta o Curso de Ciências Contábeis e Atuárias
1946	Dec. Lei 15601	Institui a Faculdade de Ciências Econômicas, na USP.
1946	Dec. Lei 9295	Regulamenta a Profissão Contábil.
1951	Dec. lei 1401	Desmembrou os cursos de Ciências Contábeis e Atuárias.
1961	Lei 4024/61	Estabelece a Primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional e cria o conselho Federal de Educação.
1962	Parecer 397/62	Divide os cursos de ciências Contábeis em Ciclos de Formação Básica e profissional.
1971	Lei 5692/71	Estabelece a Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1992	Res. 03/92	Institui o currículo pleno, que fixa a duração mínima.
1996	Dec. Lei 9.394	Estabelece a terceira lei de diretrizes e bases da Educação Nacional.
1997	Parecer 776/97	Complementa a Lei de Diretrizes e Bases.
1997	Edital 04/97	Da Secretaria de Educação Superior, discute as novas Diretrizes Curriculares, adaptando-os à lei.
2002	Par. 146/2002 CES/CNE	Define as Diretrizes Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis.
2003	Par. 067/2003 CES/CNE	Referencial para as Diretrizes Curriculares nacionais(DCN) para os cursos de graduação.
2003	Par. 108/2003 CES/CNE	Define as audiências para discussão e avaliação da duração e integralização dos cursos de bacharelado.
2003	Par. 289/2003 CES/CNE	Aprova as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis.
2004	Res. CNE/CES 10 de 12/04	Institui as Diretrizes Curriculares nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.
2007	Res. CNE/CES 2 de 07/07	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula.
2010	Dec. Lei 12.249	Alteração da Lei de Regência da Profissão Contábil.

**Quadro 1 – Cronologia de Acontecimentos e Legislação do Ensino de Contabilidade**

Fonte: Adaptado de Sontag et al (2007)

De acordo com o documento intitulado Sinopse da Educação Superior, do ano de 2010, elaborado pelo INEP, o curso de Ciências Contábeis está em quarto lugar em termos de quantidade de cursos, com 1.052 cursos presenciais que ofereceram 125.960 vagas das quais 63.455 foram preenchidas, sendo o total de 224.228 alunos matriculados, como mostra o Quadro 2.

Cursos Presenciais								
Por ordem de Quantidade de cursos oferecidos	Cursos		Vagas Oferecidas		Ingressos		Matriculas	
1 - Administração	2.369	8%	402.436	13%	188.441	12%	705.690	13%
2 - Pedagogia	1.785	6%	218.752	7%	159.377	10%	694.447	13%
3 - Direito	1.091	4%	191.366	6%	85.861	5%	297.581	5%
<b>4 - Ciências contábeis</b>	<b>1.052</b>	<b>4%</b>	<b>125.960</b>	<b>4%</b>	<b>63.455</b>	<b>4%</b>	<b>224.228</b>	<b>4%</b>
Outros Cursos	22.280	78%	2.181.678	70%	1.093.078	69%	3.527.174	65%
<b>Total 312 cursos</b>	<b>28.577</b>	<b>100%</b>	<b>3.120.192</b>	<b>100%</b>	<b>1.590.212</b>	<b>100%</b>	<b>5.449.120</b>	<b>100%</b>
<b>Média - 0,32 %</b>	<b>92</b>		<b>10.001</b>		<b>5.097</b>		<b>17.465</b>	

**Quadro 2 – Posição do Curso de Ciências Contábeis em Termos de Quantidade de Cursos Oferecidos 2010**

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP (2010).

Na última avaliação feita pelo INEP, em 2010, os cursos de Ciências Contábeis somam 1.052 na modalidade presencial e 28 na modalidade a distância, sendo o total de 1.080 cursos, com 265.164 alunos matriculados, como mostra o Quadro 3.

Cursos de Ciências Contábeis Oferecidos em 2010				
Modalidade	Cursos	Vagas Oferecidas	Ingressos	Matriculados
Presencial	1.052	125.960	63.455	224.228
a Distância	28	89.206	17.098	40.936
<b>Total</b>	<b>1.080</b>	<b>215.166</b>	<b>80.553</b>	<b>265.164</b>

**Quadro 3 – Total de Cursos de Ciências Contábeis - Oferecidos Presencial e a Distância - 2010**

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP (2010).

É preciso atenção com o tipo de formação que está sendo oferecida aos futuros contadores no país. Nesse sentido, é importante que as instituições estejam sempre atentas aos seus conteúdos, objetivando oferecer formação de qualidade.

No tópico que segue temos considerações sobre a Avaliação do Ensino Superior no Brasil.

## 2.2. AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Considerando a expansão do Ensino Superior no país, se fazem necessários instrumentos e políticas públicas, que avaliem a qualidade do Ensino Superior que é oferecida.

A avaliação do ensino no Brasil faz com que a equipe de coordenação, de todas as instituições, procure sempre melhorar os seus projetos pedagógicos. Em 14 de abril de 2004, foi promulgada a Lei 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Em seu Art. 1º e também parágrafo primeiro estabelece que:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (LEI 10861/04)

Os problemas que percebemos atualmente em sala de aula já eram observados em 1946, como afirma Lanaro Junior (1946) citado por Passos (2004, p.16).

- Muitos alunos por sala dificultando o atendimento individual e personalizado e a percepção do professor quanto a dificuldades no aprendizado.
- Falta de docentes preparados, o numero de mestres e doutores é insuficiente para atender a crescente demanda, fazendo com que os professores sendo especialistas ou até mesmo somente graduados introduzam uma visão mais técnica do ensino.
- Disciplinas desatualizadas e mal planejadas, utilizando literatura desatualizada.
- Falta de atividades práticas que integrem o aluno a realidade da função.

Por essa razão, é importante ter instrumentos de avaliação constantes que atribuam notas aos melhores, pois, dessa forma, as instituições são obrigadas a oferecer o seu melhor e isso implica em contratar professores qualificados, desenvolver um processo de ensino-aprendizagem que seja significativo aos seus alunos, permitindo que estes se saiam bem nas avaliações, bem como conciliar a teoria da sala de aula à prática do dia a dia.

As instituições que não se adaptarem correm o risco de obtenção de notas baixas nos conceitos estipulados pelo MEC. O conceito baixo afasta os alunos e, nas instituições particulares, conseqüentemente, os lucros, sendo que, em casos extremos até mesmo perdem a possibilidade de se graduarem em determinado curso.

O Sistema de Avaliação considera aspectos como o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Como instrumento de avaliação possui: Auto-Avaliação, Avaliação Externa e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Por meio destas avaliações é possível traçar um panorama de qualidade dos cursos e das Instituições de Educação Superior no país.

Participam do ENADE os alunos ingressantes e concluintes dos cursos escolhidos pelo MEC para serem avaliados, através de uma prova de formação geral e formação específica.

As avaliações *in loco* são feitas por avaliadores escolhidos pelo Instituto de Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e estas caracterizam-se pela visita pessoal aos cursos e instituições públicas e privadas, com o objetivo de verificar as condições de ensino, em especial àquelas relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

O INEP é um órgão que conduz todo o sistema de avaliação de cursos superiores no País, gerando indicadores e informações para subsidiar o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, visando garantir a transparência dos dados sobre a qualidade da educação superior à sociedade.

As Atividades Complementares são avaliadas pelo INEP dentro do quesito Organização Didático-Pedagógica; é um item composto de 12 questões para

avaliação e as Atividades Complementares estão entre elas, ou seja, é um componente que em muito, traz benefícios ao desenvolvimento prático.

Não é avaliado para os cursos que não exigem a atividade complementar nas diretrizes curriculares nacionais, ou seja, a exigência não cabe a todos os cursos.

No curso de Ciências Contábeis a utilização da carga horária destinada às Atividades Complementares é uma exigência, cuja obrigatoriedade é mostrada no Quadro 3, pelos critérios para análise de atividades complementares, extraído do manual do ENADE (2011).

INDICADOR	CONC.	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1.9. Atividades complementares (NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC e que, ou não possuem diretrizes curriculares nacionais, ou suas diretrizes não prevêm a obrigatoriedade de atividades complementares)	1	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira <b>insuficiente</b> considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento
	2	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira <b>insuficiente</b> considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	3	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	4	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão muito bem regulamentadas/institucionalizadas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	5	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.

#### Quadro 4 – Critério de Análise de Atividades Complementares

Fonte: Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância), Maio de 2011.

O objetivo é que os cursos de graduação no país sejam avaliados periodicamente, ou seja, os cursos de Educação Superior passam por três tipos de avaliação, chamados, segundo o MEC, de atos autorizativos: credenciamento e credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

Observamos aqui a relevância desse processo de avaliação do ensino, pois ele permite que o aluno tenha parâmetros que o possibilite fazer comparações entre as instituições e, com essa fiscalização imposta, as instituições são obrigadas a se

adaptar para não perder mercado para a concorrência e, com isso, quem ganha é o aluno.

### **2.3. EXIGÊNCIAS DO MERCADO PROFISSIONAL**

As exigências do mercado aumentam a cada dia e, o desafio do profissional da área contábil, que antes era somente ter os conhecimentos técnicos, ou seja, manter controles, fazer registros, escriturar e organizar, hoje se tornou mais desafiador, fazendo com que o profissional desenvolva competências necessárias à sua sobrevivência no mercado de trabalho.

Recentemente devido principalmente ao fenômeno de globalização e busca de convergência por padrões internacionais de contabilidade, ocorreu uma valorização da profissão contábil. Essa valorização, contudo, vem acompanhada também por maiores exigências do mercado em relação ao contador, tais como: utilização de métodos quantitativos complexos para simulação e análise de projetos, capacidade de liderança e convívio com diferenças culturais, análise crítica, necessidade de conhecer idiomas estrangeiros e uma imagem profissional de ética e eficiência. (MARIN; LIMA; CASANOVA, 2011).

É inquestionável a importância do contador nas organizações, pois este profissional convive com todas as transações da empresa e detêm todas as informações relevantes. O professor Armando Catelli, em entrevista ao livro “Contando História”, organizado por Suzana Ribeiro, este evidencia as necessidades do mercado:

O contador é um profissional muito importante para toda a organização. Convive com todas as transações da empresa, está a par de como a empresa está indo, o que ela precisa. O que ele tem que fazer é buscar os fundamentos, os princípios, para que possa atuar de uma forma mais eficaz, como um gestor também, não só como um escriturador. Atuar como um gestor, saber conviver com as culturas internas, saber que tudo o que faz mexe com Contabilidade, com as pessoas. Interagir, conhecer muitos dos aspectos ligados à tomada de decisões faz parte da profissão. Uma decisão influencia pessoas dentro e fora da empresa. (RIBEIRO, 2009, p. 148).

Passos (2004), cita que a visão do ensino brasileiro é a de formar bachareis preparados para absorver as mudanças – que são constantes – e que deve se

considerar o mercado como dinâmico em uma realidade bastante complexa, cobrando uma visão interdisciplinar do profissional da área contábil.

Nobes (1998) citado por Niyama (2005), afirma a relação entre o nível de educação e o nível de desenvolvimento econômico do país. À medida que um país se desenvolve economicamente, este atrai investimentos, a necessidade de profissionalização na área contábil aumenta, no sentido de oferecer clareza e confiança nas informações.

E o profissional de contabilidade, que antes era somente o guarda livros, apesar de ser da área de ciências sociais aplicadas e, também, era acostumado a ser objetivo em seus julgamentos e trabalhos, agora passa a ser exigido desse profissional a subjetividade, a cultura, o envolvimento social, análises subjetivas de estimativas com relação às possibilidades no seu cotidiano.

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais a tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial. (SILVA, 2003, p. 3).

Essas mudanças vieram a principio, com a melhoria da economia brasileira e o Brasil passou nos últimos anos a ser um país mais interessante para se investir, pois com a economia aquecida, tivemos que nos adaptar aos conceitos gerencias e financeiros de qualidade e com a melhoria em termos de análise de custos, afinal as empresas precisam de qualidade a baixo custo para concorrer com produtos de fora, acompanhando os adventos da globalização.

Estamos na Era do Conhecimento; o avanço tecnológico, especialmente na informática trouxe oportunidades de otimização na transmissão de conhecimentos, diminuindo os custos e possibilitando históricos de qualidade e de fácil acesso.

Com o avanço da indústria da informática surge a possibilidade do armazenamento e da transmissão das informações, que, atualmente, com a tecnologia da informação, tem-se como obter sistemas de informações eficazes que possibilitam disponibilizar a informação a um custo minimizado, com segurança e em tempo hábil para as tomadas de decisões. (SANTOS et al, 2008, p.3).

À área contábil, não cabe mais a necessidade de viver de recordações do passado e sim, pensar nos acontecimentos futuros. Nesse futuro, os profissionais

serão valorizados pelo conhecimento, pelo seu capital intelectual, pela utilização de suas competências e habilidades que, até então, eram desconsideradas e, às vezes, até inconvenientes, uma vez que as funções que lhes cabiam eram braçais, metódicas, objetivas e, o pensar, o mudar e modernizar, em certas situações, não era bem visto, como segue:

Presencia-se uma era do conhecimento, da valorização do capital intelectual, onde os profissionais contábeis são considerados 'conselheiros' das empresas, providos de habilidades e competências que suportam à tomada de decisões, de forma eficiente em relação a todos os processos de gestão do patrimônio; também se constata que uma empresa desprovida de uma boa contabilidade está fadada ao desaparecimento, pois a rapidez da tomada de decisão está diretamente relacionada à qualidade do sistema da informação.

Diante disto, iniciativa, ética, visão de futuro, flexibilidade, capacidade de inovar e criar e, sobretudo, conhecimento de sua área de atuação, são as principais características do profissional desejado pelas empresas, para que possa explorar este capital intelectual à seu benefício, fazendo com que o profissional se utilize do conhecimento como sua principal ferramenta. (KOYAMA; SILVA; OLIVEIRA, 2010, p. 62)

Ludicibus (2009) ressalta as excelentes perspectivas do mercado para o profissional da área contábil, ganhando maior reconhecimento da sociedade.

Finalmente, a função é reconhecida pela sua importância dentro das organizações. Essas perspectivas contam, inclusive, com a escassez de profissionais capazes de assumir posições de liderança, como controladores, diretores financeiros, chefes de departamentos, auditores internos e externos e também professores.

E quem era só um guarda livros e não se adaptou às exigências mercadológicas perdeu-se no caminho. Atualmente se exige desse profissional da área contábil, ter domínio de mais de um idioma, ter o poder da retórica, expressar suas idéias, desenvolver-se culturalmente, entre outros.

Na concepção de Czesnat, Cunha e Domingues (2009):

O campo de atuação dos contadores é amplo no País. Ele pode optar pela área de ensino ou pela área pública, ser um profissional autônomo ou atuar em empresas privadas, sendo que, em cada uma dessas vertentes, abrem-se outros caminhos que podem ser seguidos. (CZESNAT; CUNHA; DOMINGUES, 2009, p.25).

Notamos que o campo de atuação do contador é amplo, exigindo do profissional, competências diferentes, de acordo com a área escolhida. Cabe aos responsáveis por formar essa mão de obra, organizar os projetos pedagógicos, de forma a satisfazer as necessidades do mercado com profissionais capacitados.

### **2.3.1. Adaptação do Ensino às Necessidades do Mercado Contemporâneo**

É um desafio para o ensino, se adaptar à realidade do mercado contemporâneo. É necessário adaptar o modo de ensinar, por meio de novas técnicas; com a preocupação focada na qualidade do conteúdo, bem como, a forma como tal conteúdo é transmitido, ou seja, por uma metodologia mais prazerosa para o aluno.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis (2004) orientam quanto às competências e habilidades que o aluno e futuro profissional devem possuir ao terminar o curso de Ciências Contábeis:

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão,

organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais. (DCN, 2004).

Lopes e Martins (2005, p.3) citam a complexa questão de expandir o escopo da profissão envolvendo a educação dos profissionais dentro de um novo paradigma e a educação de professores para realizar essa tarefa, ou seja, faz referência à visão subjetiva que envolve conceitos comportamentais e de tomada de decisão, sobre os quais os professores precisam se atualizar e especializar para transmitir os conhecimentos considerando esse cenário contábil.

É importante desenvolver metodologias de ensino que permitam ao aluno ser autossuficiente em termos de aprendizagem, como citam Koyama, Silva e Oliveira (2010):

Os educadores, em sua maioria, defendem o ideal de ensino/aprendizagem centrado no aluno, porém se percebe que estes falham na tentativa de incitar o docente a desenvolver no aluno a habilidade de ser crítico, ou, apesar do pensamento, continuam com o ensino tecnicista tradicional. Se o aluno desenvolver o pensamento crítico, o processo de aprendizagem se tornará mais dinâmico, possibilitando ao profissional ser auto-suficiente em seu processo de aprendizagem e crescimento em sua vida profissional. Não podemos afirmar que esta metodologia seja perfeita, ou que outra não é, ou seja, não existe um método de ensino correto, que irá garantir que um aluno irá aprender aquilo que lhe é ensinado, por isso é necessário que se analise métodos de ensino que maximizem a aprendizagem de cada tipo de público, estar em constante pesquisa, pois as mudanças são constantes, e com o decorrer do curso é possível que o recém formado não possua os conhecimentos necessários, e tenha um currículo desatualizado. Estar em constante pesquisa é um grande desafio para os professores e profissionais. É também necessário que o aluno dispense de tempo, não somente para o estudo das matérias ministradas, mas também para a busca do conhecimento extra, tornando se assim autodidata, adquirindo a capacidade de constante aprendizado. (KOYAMA, SILVA, OLIVEIRA, 2010, p. 63).

O profissional de contabilidade se depara todos os dias com novas situações que devem ser adaptadas e aprendidas, como afirmam Hendriksen e Van Breda (1999):

A contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e processos tecnológicos. Não há motivos para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p.38).

É enfatizada a questão de aliar conhecimentos teóricos aos práticos, com o objetivo de atender às necessidades do mercado profissional pelas instituições de ensino que precisam ficar atentas para formar profissionais atualizados e adaptados à realidade desse mercado contemporâneo, que muda com muita agilidade.

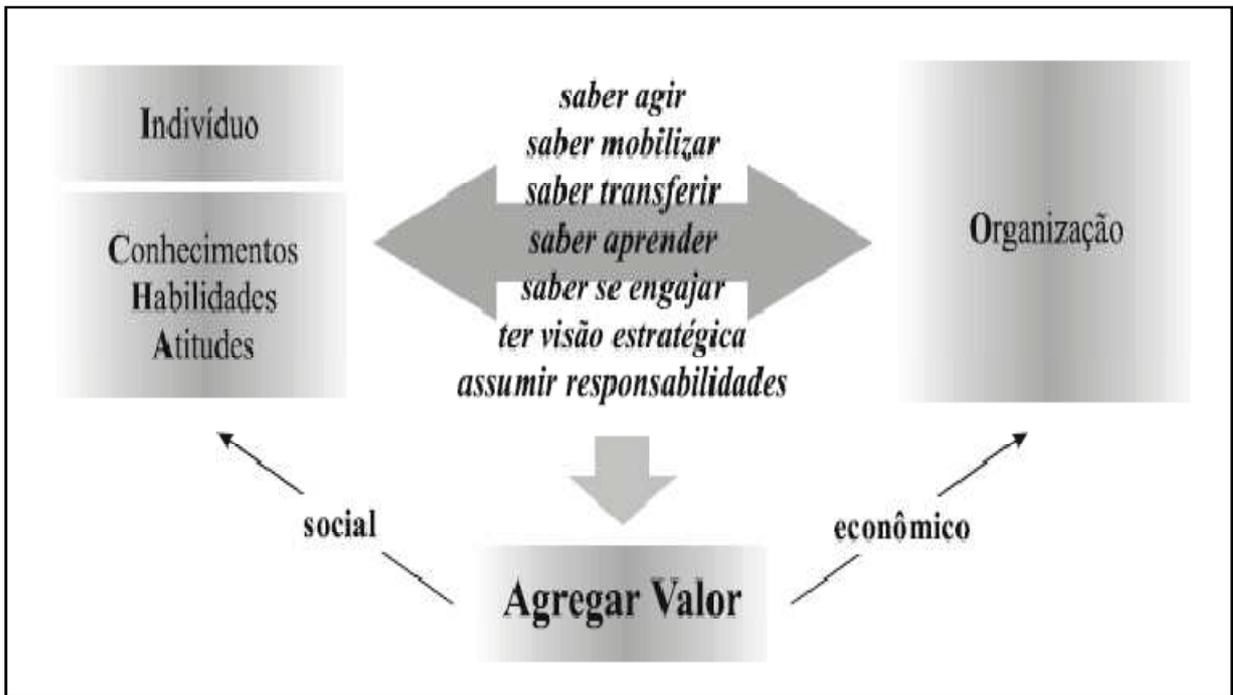
Igualmente, se faz preciso desenvolver competências que, de acordo com Silva et al (2010) competência é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) pertencente ao indivíduo.

O conceito de competência é antigo, porém re-conceituado e re-valorizado, como explicam Fleury e Fleury (2004), que isso se deu devido a fatores de processos de re-estruturação produtiva, descontinuidades e situações imprevisíveis das situações econômicas, organizacionais e de mercado, além das mudanças nas características do mercado de trabalho que são resultados do processo de globalização.

A competência se faz, a cada dia que passa mais procurada e exigida. Visto que o trabalho não é mais o conjunto de tarefas associadas descritivamente ao cargo, mas torna-se o prolongamento direto da competência que o indivíduo mobiliza em face à uma determinada situação profissional em um ambiente a cada dia que passa mais mutável e complexo. (FLEURY; FLEURY, 2004. p.29)

As competências representam relevante fonte de valor para o indivíduo e para a organização, agregando valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

A Figura 1 mostra as competências como forma de valor.



**Figura 1 – Competências como Fonte de Valor para o Indivíduo e à Organização**

Fonte: Fleury e Fleury (2001), com base na obra de Le Boterf

Segue a descrição do significado dos verbos que se referem às competências inspirados na obra de Le Boterf e citados por Fleury e Fleury (2001).

1. **Saber agir** – saber o que e por que fazer, saber julgar, escolher, decidir;
2. **Saber mobilizar** – mobilizar recursos;
3. **Saber comunicar** – compreender, trabalhar, transmitir informações, conhecimentos;
4. **Saber aprender** – trabalhar o conhecimento e a experiência, rever modelos mentais, saber desenvolver-se;
5. **Saber se engajar** – saber empreender, assumir riscos, comprometer-se;
6. **Ter visão estratégica** – conhecer e entender o negócio da organização, o seu ambiente, identificando oportunidades e alternativas;
7. **Saber assumir responsabilidades** – ser responsável, assumindo os riscos e consequências de suas ações e sendo reconhecido por isso. (FLEURY; FLEURY, 2001, p.188).

Cardoso, Souza e Almeida (2006) citam as competências inerentes à profissão de contador, baseado no Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA, 1999):

Competências Funcionais - Conhecimentos técnicos e práticos sobre modelos de tomada de decisões, análises de risco, modelos de mensuração, técnicas de reporte, capacidade e técnica de pesquisa e a capacidade de alavancar e usar tecnologia

Competências Pessoais - Desenvolver modelos de comportamento profissional, capacidade de resolver problemas e tomar decisões, técnicas de relacionamento, liderança, comunicação, gerenciamento de projetos e capacidade de alavancar e usar tecnologia.

Ampla Entendimento de Negócios - Pensar de forma estratégica e crítica, ter conhecimentos segmentados por indústria, ter uma perspectiva e entendimento global e internacional, conhecer técnicas de gerenciamento de recursos, entender implicações legais e fiscais nos negócios, focalização em clientes e em marketing, e a capacidade de alavancar e usar tecnologia.

Cardoso, Souza e Almeida (2006) citam as características das competências inerentes ao contador, baseado em Needles Jr. et al. (2001):

Competências relacionadas a Conhecimentos Gerais: pensar e se comunicar de maneira eficaz, base para conduzir consulta, execução de análise crítica;

Organizacional e empresarial - conhecimento amplo de negócios e organizações; Tecnologia da informação: capacidade para avaliar e fornecer dados, desenvolver e gerenciar sistemas de informações;

Contabilidade e áreas correlacionadas - engloba conhecimentos sobre economia, métodos quantitativos, marketing e negócios internacionais.

Competências relacionadas a Habilidades:

Intelectual: capacidade de identificação e solução de problemas e de tomar decisões.

Compreende pesquisa, raciocínio indutivo e dedutivo;

Interpessoal: capacidade de interação com outras pessoas e de trabalhar em equipe;

Comunicação: capacidade de receber e transmitir informações de forma escrita e oral e tomar julgamentos.

Competências relacionadas a Valores Profissionais

Envolvem aspectos e atitudes que identificam os profissionais tais como integridade, ética e responsabilidade social.

A necessidade de desenvolver atividades que estimulem o aprendizado contínuo se justifica, na competitividade do mercado profissional, pelas mudanças constantes da legislação e do cenário econômico-político.

Hoje, se espera que o contador esteja em constante evolução, além de uma série de atributos indispensáveis nas diversas especializações da profissão contábil. Não sendo mais possível sobreviver no momento atual com aquela postura de escriturador, 'guarda-livros', 'despachante' e atividades burocráticas de maneira geral. (MARION, 2003, p 10).

A questão da evolução separada da questão da especialização técnica evidencia a necessidade do crescimento profissional e pessoal do contador, o que não descarta, de forma alguma, a competência técnica; ao contrário o contador passou a ter mais responsabilidade sobre as informações que são esperadas pelo mercado, com qualidade crescente em termos de rapidez e aplicabilidade como afirma Silva (2003):

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais a tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator predominante ao sucesso empresarial (SILVA, 2003, p.3).

Expressões como: "aprender a aprender", "desenvolvimento individual e coletivo", "interdisciplinaridade", entre outras, devem ser adaptadas ao ensino.

O treinamento e conscientização dos professores, envolvidos na formação dos profissionais, é de extrema importância, como cita Perrenoud (2000, p.169): "seria importante que cada vez mais professores se sentissem responsáveis pela política de formação contínua e interviessem individualmente ou coletivamente nos processos de decisão".

O conhecimento deve ser uma aquisição interna real, processada a partir de sucessivas e organizadas operações realizadas com lógica e questionamentos individuais. Nesse sentido, a função do professor consiste em estimular, criar desafios, mediar, possibilitar situações de aprendizado, de construção de conhecimento, uma função que é bem maior e mais difícil do que uma simples transmissão de conhecimento pré-moldado; consiste em construir novos conhecimentos.

Paulo Freire (1987) enfatiza a questão do passar conhecimento sem se preocupar com quem está recebendo a informação, e sem se preocupar em construir o conhecimento:

Em lugar comunicar-se o educador faz comunicados e depósitos, que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis a concepção bancária da comunicação, em que a única margem de ação que se oferece dos educandos é a do receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 1987, p.33).

O autor compara a educação a uma operação bancária, na qual o educador, considerando-se dono absoluto do conhecimento, deposita o conteúdo no educando, que para este não tem sentido algum, impossibilitando-o de qualquer questionamento, pois este arquiva o conhecimento e depois repassa exatamente como o recebeu, sem questionamento. Nesse tipo de educação, não é estimulada a criatividade, as diferenças, a transformação e a troca e, principalmente, não há saber. Segundo Freire (1987) considera-se:

- a) o educador o que educa, os educandos os que são educados;
- b) o educador e o que sabe, os educandos os que não sabem;
- c) o educador e o que pensa, os educandos os pensados;
- d) o educador é o que diz a palavra, os educandos escutam docilmente;
- e) o educador é o que disciplina; os educandos os disciplinados;
- f) o educador é o que opta e prescreve sua opção, os educandos os que seguem a prescrição;
- g) o educador é o que atua; os educandos os que tem a ilusão de que atuam, na atuação do educador.
- h) o educador escolhe o conteúdo programático, os educandos jamais envolvidos nesta escolha, se acomodam a ela;
- i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõem antagonicamente à liberdade dos educandos;
- j) o educador é o sujeito do processo, os educando meros objetos. (FREIRE, 1987, p. 34).

Esta forma de analisar tem um forte impacto, justamente, por que é totalmente opressora ao conhecimento e ao desenvolvimento pessoal, uma vez que contraria o desenvolvimento necessário para o ensino superior, especialmente no que se refere ao curso de Ciências Contábeis, no qual os alunos sempre têm contribuições a oferecer.

O educador deve construir o conhecimento na base de troca de experiências com os seus alunos, aproveitando a contextualização dos conteúdos, mediando situações problemas que buscam soluções.

Neste modelo de educação bancária citada por Freire, as atividades complementares seriam inviáveis, por que o educador que utiliza o método tradicional se sentiria ameaçado com alunos que levassem à sala de aula, conhecimentos previamente adquiridos em atividades complementares, considerando como ferramentas de prática e flexibilização.

As atividades complementares, neste contexto, possibilitam à instituição formadora, em um baixo custo, desenvolver situações de aprendizado diferenciadas, elaborar estratégias de aproveitamento dessas atividades, treinar os professores, desenvolver programas voltados à sociedade e ao desenvolvimento de pesquisas, criar situações que possibilitem o desenvolvimento pessoal, profissional e cultural do aluno.

Fari e Nogueira (2007) explicam que existe uma grande exigência de profissionais capazes de quebrar velhas regras, capazes de serem pessoas que abram novos caminhos e aceitem correr riscos.

Cabe aos responsáveis (docentes e instituição) por formar essa mão de obra, organizar os projetos pedagógicos de forma a satisfazer as necessidades do mercado com profissionais capacitados.

### **2.3.2. Flexibilidade na Formação**

Cada região tem suas particularidades, e estas são levadas em conta pelos órgãos reguladores. Assim, é importante deixar o currículo livre para que cada Instituição de ensino elabore sua estratégia. Miranda, Ricio e Miranda citam esta tendência:

As Diretrizes Curriculares Nacionais que substituíram o currículo mínimo se constituem em orientações para a elaboração dos currículos que buscam assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes. As DCNs ainda indicam os tópicos ou campos de estudos e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias

predeterminadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos. (MIRANDA; RICIO; MIRANDA, 2011, p.3)

É considerada a economia, a cultura e as possibilidades dos locais onde estão inseridas as Instituições de Ensino, por isso, a importância da flexibilização de ensino de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação em Ciências Contábeis, conforme artigo segundo e parágrafo segundo:

§ 2º Projetos Pedagógicos para cursos de graduação em Ciências Contábeis poderão admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais. (DCN, 2004, Art. 4; § 2).

Além da possibilidade de formação diferenciada por instituição, também temos a possibilidade da formação diferenciada por aluno; é a diversidade sendo considerada nas Instituições de Ensino, pois é preciso compreender que não há uma verdade absoluta, um pensamento único, na diversidade as pessoas diferentes com pensamento diferentes, tem formas de desenvolvimento, estímulos e resultados igualmente diferentes, por essa razão, o ensino deve se adaptar considerando a diversidade como algo positivo, como cita Gil (2006):

Um importante aspecto a ser considerado na análise do mundo contemporâneo é o da diversidade embora ainda vivamos num mundo em que são freqüentes as manifestações de opressão de minorias, radicalismo religioso, intolerância política, etnocentrismo e conservadorismo sexual, os governos nacionais, assim como as igrejas, as empresas e tantas outras organizações sociais pouco a pouco vêm descobrindo as vantagens da promoção da diversidade. A homogeneidade é menos criativa, pois conduz à síndrome do pensamento único e toda unanimidade é burra, como dizia Nelson Rodrigues. (GIL, 2006, p.48).

As atividades complementares são uma boa opção de flexibilização e de estímulo e respeito à diversidade, pois, considerando que o aluno identificando sua linha de atuação ou suas dificuldades, pode optar pelas atividades que lhe seriam mais convenientes, levando-se em conta, o seu anseio profissional e suas expectativas pessoais.

No tópico que segue apresentamos as possibilidades para desenvolvimento profissional do contador.

## 2.4. POSSIBILIDADES PARA DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO CONTADOR

A profissão contábil oferece muitas oportunidades de atuação, de especialização, pois, o curso de Ciências Contábeis é visto como um curso que proporciona ao profissional um alto grau de empregabilidade. Czesnat, Cunha e Domingues (2009) afirmam:

O campo de atuação dos contadores é amplo no País. Ele pode optar pela área de ensino ou pela área pública, ser um profissional autônomo ou atuar em empresas privadas, sendo que, em cada uma dessas vertentes, abrem-se outros caminhos que podem ser seguidos. (CZESNAT; CUNHA; DOMINGUES, 2009, p.24).

Podemos afirmar que todas as decisões tomadas, envolvendo atividades da empresa, têm por base algum tipo de informação gerada pela contabilidade, seja de custo, de vendas, com relação a prazos, de estratégia, entre outras.

Lisboa (1997) afirma que o contabilista tem o papel de suprir a empresa de informações desejadas a cada usuário, na medida de suas necessidades, sem a pretensão de obter benefícios ou privilégios de qualquer um em particular.

E, a forma de ser vista pela sociedade, e também pelas empresas vem mudando com as evoluções e necessidades econômicas, como ressalta o Prof. Alkindar de Toledo Romos, em entrevista ao livro “Contando História”, organizado por Suzana Ribeiro.

Cabe esclarecer que a Contabilidade era considerada por muitas empresas como uma atividade de importância secundária, mais como um ônus para atender às exigências do fisco. Isso se explica pelo fato de que as empresas no Brasil eram muito pequenas e as suas operações muito simples e controladas pelos próprios proprietários. [...] Hoje, a situação é bem diferente. Cresceu o número de empresas. Aumentou o número de transações. Surgiram as indústrias, aumentando a complexidade operacional. A necessidade de controlar as variações patrimoniais, de forma segura e eficiente, exigiu o aperfeiçoamento dos sistemas. O aumento da concorrência exerceu sua influência para que houvesse uma melhor apuração de custos, para orientar as políticas de preços. Tudo isso contribuiu para que a atividade contábil passasse a ser mais valorizada. (RIBEIRO, 2009, p.13).

A evolução tecnológica foi extremamente positiva para o desenvolvimento da profissão do contador em essência; já não são mais necessários profissionais que façam somente trabalhos braçais, como afirma o professor Sergio de Ludícibus, em entrevista ao livro “Contando História”, organizado por Suzana Ribeiro.

A tecnologia mudou totalmente a Contabilidade. Ela é fundamental. Isso mudou completamente a partir da década de 1960, nos anos de 63, 64. Uma mudança conceitual. Uma das coisas mais importantes dessa mudança é que não queríamos caracterizar o contador como guarda-livros porque, no fundo, essa metodologia caracterizava o contador como aquele escriturário. Queríamos caracterizar o contador como um profissional de ideal científico que, sem desconhecer a parte escritural, deveria ir muito além. Por isso que mudamos completamente. E a informatização está extremamente vinculada a essa mudança de concepção, mas nunca pensamos (Stephen principalmente, que foi o pioneiro) na informatização meramente para reproduzir a escrituração. Não. Ele pensou a parte tecnológica para fazer modelagem, para fazer previsões, simulações, não para fazer escrituração. A gente acha que a escrituração é fundamental, mas isso é para o técnico em Contabilidade, contador tem que ir muito além. (RIBEIRO, 2009, p. 132)

O contador pode atuar em várias frentes profissionais, além da própria gestão contábil de empresas, entidades públicas e não-governamentais, especializando-se em várias áreas. Com relação às atividades econômico-financeiras, as empresas podem ser classificadas em três grupos: da indústria, de comércio e de serviços.

De acordo com a Resolução CFC n. 560/ 83, o contabilista pode exercer as funções de:

Art. 2º O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função.

Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, *controller*, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor.

Essas funções poderão ser exercidas em cargos como os de chefe, subchefe, diretor, responsável, encarregado, supervisor, superintendente, gerente, subgerente, de todas as unidades administrativas onde se processem serviços contábeis.

Quanto à titulação, poderá ser de contador, contador de custos, contador departamental, contador de filial, contador fazendário, contador fiscal, contador geral, contador industrial, contador patrimonial, contador público, contador revisor, contador seccional ou setorial, contadoria, técnico em contabilidade, departamento, setor, ou outras semelhantes, expressando o seu trabalho através de aulas, balancetes, balanços, cálculos e suas memórias, certificados, conferências, demonstrações, laudos periciais, judiciais e extrajudiciais, levantamentos, livros ou teses científicas, livros ou folhas ou fichas escriturados, mapas ou planilhas preenchidas, papéis de trabalho, pareceres, planos de organização ou reorganização, com textos, organogramas, fluxogramas, cronogramas e outros recursos técnicos semelhantes, prestações de contas, projetos, relatórios, e todas as demais formas de expressão, de acordo com as circunstâncias. (RES. CFC 560/1983).

Algumas atividades necessitam da contabilidade geral, outras da contabilidade empresarial para o controle e registro dos fatos contábeis; já algumas organizações fazem uso de especificações mais complexas e direcionadas da contabilidade, para controlar e obter informações vitais para o desenvolvimento seguro do negócio.

As indústrias valem-se da contabilidade de custos e a contabilidade industrial para medir a sua eficiência e identificar seus entraves. As empresas de agronegócio utilizam a contabilidade de custos e a contabilidade rural, com aspectos diferenciados. As instituições financeiras se beneficiam dos conceitos da contabilidade bancária, assim como os órgãos públicos dos conceitos da contabilidade pública.

Nas empresas, a contabilidade é uma das áreas que oferece muitas oportunidades como, por exemplo: planejador tributário, analista financeiro, contador societário, auditor interno, contador de custos, contador gerencial, controler, etc.

Outra possibilidade é a terceirização de serviços contábeis, sendo algumas alternativas: consultor, empresário de contabilidade, auditor independente, perito contábil e investigador de fraudes.

Na área pública, o profissional tem opções como: contador público, auditor interno, agente fiscal de rendas, oficial de contador, auditor fiscal da fazenda e analista de contas do tribunal de contas.

O profissional também pode trabalhar em empresas de auditoria independentes, uma vez que estas têm regulação própria e objetivos específicos de certificação.

Outra área que possibilita o desenvolvimento é a área acadêmica, na qual o profissional pode se tornar professor e/ou pesquisador.

O profissional contábil é um agente importante na modernização e internacionalização da economia, porque esse profissional não se restringe apenas em cuidar de contas; o seu trabalho vai além, eles dão orientam e, muitas vezes, até se tornam confidentes de administradores de grandes corporações.

Os profissionais de contabilidade também orientam pequenas e médias empresas em suas decisões, facilitando situações que parecem muito complexas, auxiliando na tomada de decisões.

#### **2.4.1. Perito Contábil**

As sentenças judiciais e arbitrais buscam pautar-se em laudos técnicos, emitidos por especialistas contábeis, chamados de peritos. Pela definição das normas brasileiras de contabilidade:

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente. (CFC, NBC TP 01, Item 2, 2009).

Lopes de Sá (2005) conceitua perícia como:

A verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário a opinião. (LOPES DE SÁ, 2005, p.14).

O profissional para exercer a função de perito contador deve ser hábil, prático e profundo conhecedor da técnica contábil e nomeado judicialmente para fazer vistorias e perícias.

Com relação às qualidades do perito, Lopes de Sá (2005) destaca que este deve ser habilitado, legal, cultural e intelectualmente; deve destacar-se com relação a sua conduta profissional perante seus colegas e, em seu parecer, deve ser

evidenciada a condição de independência e veracidade, além de possuir virtudes morais e éticas para o compromisso com a verdade.

#### **2.4.2. Auditor**

O profissional que se decidir pela auditoria tem a possibilidade de ser contratado por uma empresa e desenvolver o trabalho de auditor interno ou trabalhar em uma auditoria independente. Nas duas opções é inquestionável a questão da independência, um extremo conhecimento contábil e compromisso com a ética, a verdade e a qualidade em seus relatórios.

Companhias que tenham ações negociadas na bolsa de valores, instituições financeiras, planos de saúde, ou determinadas empresas com altos valores de capitais devem obrigatoriamente ser auditadas por empresas de auditoria independentes.

Boyton, Johnson e Kell (2002) afirmam com relação ao futuro da profissão:

Audidores desenvolveram a reputação de entenderem tanto de contabilidade como dos fatores que afetam a competitividade de um negócio ou setor de atividades. Contudo, têm sido criticados por não utilizarem eficazmente o conhecimento que adquiram em seu trabalho de auditoria para proporcionar mais valor para os clientes, e também por saberem mais do que dizem. (BOYTON; JOHNSON; KELL, 2002, p.37).

Os profissionais que realizam esse trabalho têm registros especiais junto ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que permitem a eles emitir parecer profissional de auditoria.

#### **2.4.3. Consultor**

Há contadores que adquirem experiências específicas em determinados ramos de atividades e passam a oferecer consultorias para questões sociais, orçamentárias, de mercado, tributárias, de sistema, entre outras áreas do conhecimento.

#### **2.4.4. Contador Especializado em Fiscal, Tributária e/ou Trabalhista**

A fiscalização no Brasil exige controles complexos e prestação de contas constantes, além de extrema capacidade técnica, pois, alguns profissionais de contabilidade se especializam, especificamente, em atender a fiscalização.

O profissional em contabilidade é o mais adequado para lidar com essas situações, considerando seu amplo conhecimento das normas contábeis, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, societárias e administrativas.

Geralmente, essas atividades são exercidas pelos escritórios de contabilidade ou por profissionais contratados por empresas para exercer tais funções.

#### **2.4.5. Gestor de Empresas**

Considerando o conhecimento dos contadores em finanças, custos e fluxos de caixa, além de suas habilidades administrativas e bons relacionamentos interpessoais, estes profissionais têm plena capacidade para gerenciar grandes empreendimentos.

#### **2.4.6. Controller**

O profissional responsável pela área de controladoria é o Controller que, por meio do gerenciamento eficiente do sistema de informação, zela pela continuidade da instituição, possibilitando as sinergias existentes.

As atividades desse profissional são desenvolvidas em grupo, com objetivo de alcançar objetivos superiores, ou seja, objetivos-macro da instituição e, este profissional deve ter uma visão ampla das operações da organização. É um profissional estratégico, que fornece uma percepção crítica e com elevado nível ético. Segundo Silva et al (2010):

[...] foi constatada a importância de alguns atributos por parte do Controller, dentre eles: bons *skills* de liderança, atitude proativa e dinamismo, além de um bom relacionamento interpessoal. Especificamente esse profissional deve ter conhecimentos em

análise gerencial, além de dominar a área contábil e de finanças são os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho nacional. Ainda, é necessário proficiência em língua inglesa, quase sempre, indispensável para poder-se pleitear a este cargo. (SILVA et al, 2010, p.14).

As competências e habilidades para o profissional que optar por essa linha de atuação, são competências gerenciais, de trabalho em grupo e de informática ligados a sistemas de informação integrada.

#### **2.4.7. Gestor Público**

Esta área, tão carente de profissionais idôneos e tecnicamente à altura de um grande país como o Brasil, pode ser melhorada com a utilização das capacidades profissionais e criativas dos contadores, que devem ter conhecimentos de finanças públicas e orçamentos, bem como ter valores morais e éticos para ser capaz de repudiar os gastos excessivos, a corrupção e os desperdícios do dinheiro público.

Na área pública, o profissional tem várias possibilidades como: contador público, auditor interno, agente fiscal de rendas, oficial de contador, auditor fiscal da fazenda e analista de contas do tribunal de contas.

#### **2.4.8. Atuarial**

É uma área que parte da estatística ligada aos problemas relacionados com a teoria e o cálculo de seguros. Na terminologia técnico-comercial, ATUÁRIO designa o contabilista especializado na contabilidade e na técnica dos seguros, quer sejam previdenciários, patrimoniais e de riscos complexos.

#### **2.4.9. Profissional da Área Financeira**

A área financeira é uma das possibilidades do contador no mercado do trabalho, devido ao amplo conhecimento de demonstrações financeiras, de análise e interpretação e, com isso, o contador se torna um profissional altamente propenso a

desenvolver habilidades necessárias para trabalhar com finanças, como afirma Securato (1996).

Particularmente, na área financeira das indústrias, dos bancos, do comércio e das demais atividades econômicas, os homens de finanças estão constantemente sujeitos às tomadas de decisão que, muitas vezes, podem representar o fracasso ou o sucesso de determinado projeto, principalmente em economias tão atribuladas quanto a brasileira (SECURATO,1996, p.16).

É importante que o profissional contador desenvolva competências ligadas à tomada de decisão, bem como conhecimento do mercado para o desempenho eficaz da função.

#### **2.4.10. Professor/Pesquisador**

Universidades e centros de formação profissional necessitam de professores com profundos conhecimentos contábeis, para formação de novos profissionais e aprimoramento de outros, em diversas áreas do conhecimento contábil.

É exigência do MEC que as instituições de ensino superior tenham em seu corpo docente, um quadro contendo professores mestres e doutores, contudo a quantidade de mestres e doutores existentes atualmente no país não supre a demanda, considerando o aumento de tantos cursos no país, especialmente os cursos de Ciências Contábeis.

Um pesquisador contábil é o profissional que se dedica a ampliar os conhecimentos acadêmicos por meio de pesquisas que culminam em artigos, livros, conferências, seminários, palestras, gerando novos conhecimentos.

A profissão oferece muitas possibilidades e o nosso objetivo foi analisar algumas, para demonstrar as diferentes competências técnicas e pessoais que são necessárias.

Assim, cabe à instituição formadora oferecer ao seu aluno conhecimentos distintos de todas as áreas mostradas neste tópico, pois, desse modo, o aluno, como futuro profissional tem condições de opinar e escolher quais atividades quer cursar e desenvolver as competências para chegar ao objetivo desejado.

## 2.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Um das ferramentas que possibilitam a flexibilidade de conhecimentos e a especialização em determinadas áreas de interesse é aqui representada pelas “Atividades Complementares”; atividades que são previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), sendo a execução e decisão de qual atividade cursar de responsabilidade do aluno, ficando a cargo da instituição de ensino elaborar projetos pedagógicos, normatizar e fiscalizar essa execução.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado. (RES CNE/CES 10, 2004).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, regulamentada pela Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, em seu art. 2º cita que as instituições de ensino devem estabelecer a organização curricular, por meio de projeto pedagógico, para vários itens inclusive às atividades complementares.

De acordo com o Art. 5º da mesma Resolução CNE/CES 10, as instituições de ensino devem constar em seus projetos pedagógicos os conteúdos relacionados a conhecimentos de cenários econômicos e financeiros, nacionais e internacionais observando o perfil definido para o formando; atendendo os campos interligados de formação, as atividades complementares são consideradas conteúdos de formação teórico prática:

III - Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade. (RES CNE/CES 10, 2004).

De acordo com o MEC as “atividades complementares” têm a finalidade de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, valorizando a complementação da formação social e profissional, possibilitando a flexibilidade de carga horária, com controle de tempo de execução durante o semestre ou ano letivo.

A Resolução CNE/CES, nº 4, de 02 de Julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, não estabelece quantas horas de atividades complementares devem ser executadas, mas, somente uma quantidade total de horas que pode ser utilizada para estágios supervisionados e atividades complementares, sendo que estas duas atividades somadas não podem ultrapassar 20% do total da carga horária do curso de Ciências Contábeis que é de 3000 horas, portanto, a instituição pode utilizar até 600 horas para execução dessas atividades, como institui a referida Resolução:

Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário. (RES CNE 4, 2007).

São consideradas como atividades complementares, por exemplo: a participação em eventos internos e externos à Instituição de Educação Superior (IES); as semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais, integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional, atividades de iniciação científica, assim como de monitoria.

O profissional com formação em contabilidade tem uma potencial de empregabilidade em várias áreas, basta desenvolver as habilidades necessárias para desempenhar bem a função e, neste contexto, as atividades complementares propiciam ao aluno conhecer essas oportunidades e desenvolver as habilidades e competências necessárias, de diversas formas, por meio de cursos livres, experiências profissionais ou outras atividades direcionadas.

### **2.5.1. Tipos de Atividades Complementares**

É importante que o aluno identifique suas necessidades para aproveitar mais as atividades complementares e estudar o que, efetivamente, vá fazer diferença em sua vida.

As Atividades Complementares, quando bem administradas, se tornam uma importante ferramenta de flexibilização do aprendizado, considerando que os alunos do curso superior em Ciências Contábeis ingressam no curso com conteúdos e conhecimentos diferentes, como cita Gil (2006).

As diferenças individuais relativas às habilidades dos estudantes constituem importante influência em relação a aprendizagem. Em muitos cursos, o nível intelectual dos alunos, suas aptidões específicas, assim como os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas anteriormente, explicam em boa parte as diferenças de desempenho dos alunos. Estudantes com maior talento para a matemática poderão aprender mais facilmente os conteúdos das disciplinas de um curso de engenharia do que estudantes com maior aptidão verbal. (GIL, 2006, p. 14).

O Aluno deve ser motivado a identificar seus pontos fracos e buscar atividades com a finalidade de desenvolvê-los, pois, é importante que este conheça as suas limitações e tenha noção dos conhecimentos, competências e habilidades que necessitará no futuro, quando for desempenhar sua função profissional. Nesse sentido, no início do curso, deve ser apresentado ao aluno uma visão panorâmica das Ciências Contábeis, citando as possibilidades de trabalho, os vários caminhos que o profissional pode seguir.

Franco (1999, p.135) afirma que “o auto-desenvolvimento inclui também, ao lado das características de comportamento, a aquisição continuada de conhecimentos dentro e fora de sua área de atuação”.

A diversidade de talentos, de habilidades e competências é reconhecida pelas empresas como saudável, pois estimulam a criatividade:

As empresas, de modo especial, vêm descobrindo que incluir e promover desenvolvimento de profissionais diferenciados em relação a gênero, etnia, credo e orientação sexual não constitui apenas uma questão de responsabilidade social e de cidadania, mas também de agregação de valor ao negócio. A diversidade pode representar melhoria na qualidade de trabalho, melhoria na imagem de marca incremento da competitividade, atendimento mais personalizado, aumento da capacidade de resistências às mudanças de mercado e

maior capacidade para reconhecer e valorizar talentos e empregar as idéias de seus empregados. (GIL, 2006, p.49).

As competências e habilidades não são as mesmas, considerando uma carreira, de auditor, contador público, contador empresário de escritório, controller, analistas de riscos, entre outras, uma vez que cada linha a seguir tem suas habilidades e competências básicas e algumas específicas.

Como já mencionado anteriormente é importante que o aluno identifique seus pontos fracos em termos de competências pessoais como:

- Habilidade de falar em público.
- Saber ouvir e expressar ideias.
- Interpretar, compreender e desenvolver conhecimentos.
- Ensinar e transmitir conhecimentos.
- Liderar e ter capacidade de trabalhar bem em equipe.
- Conhecer as etiquetas sociais e empresariais.
- Ter habilidades de lidar com situações de pressão.

A instituição, por sua vez, pode criar situações nas quais o aluno tenha contato com esses desafios, que possibilite a percepção de sua relação com essas competências.

As situações supramencionadas podem ser vivenciadas por meio de atividades desenvolvidas pelos professores, como mostramos em alguns exemplos:

- Apresentações em seminários, onde o professor pode orientar seu aluno a expressar suas idéias.
- Textos e artigos para interpretação e explicação sem a orientação prévia do professor, para que o aluno desenvolva a capacidade de interpretar, compreender e desenvolver conhecimentos.
- Trabalhos em grupo, com os integrantes do grupo sorteados, fazendo com que os alunos trabalhem com pessoas diferentes das quais estão habituadas a trabalhar.

- Trabalhos voltados à comunidade com a finalidade de levar, ensinar e transmitir conhecimentos.
- Exposição a situações em que a cortesia, o saber ouvir, as regras de convivência e de etiquetas social e empresarial, sejam trabalhadas.
- Situações em que os alunos sejam expostos à pressão, como jogos de empresas, onde há a habilidade de cumprir prazos, organizar situações e desenvolver estratégias.

O aluno tendo conhecimento de suas necessidades e expectativas deve ser motivado a buscar conhecimentos complementares:

A motivação é que nos impulsiona para a ação, e tem origem numa necessidade. Assim à medida que o aluno sente necessidade de aprender, tende a buscar fontes capazes de satisfazê-las, tais como leituras, aulas e discussões. A influência da motivação é facilmente verificável. Alunos motivados aprendem muito mais facilmente do que os não motivados. (GIL, 2006, p.14).

Os alunos decidem a sua forma de realização das atividades complementares, seguindo os critérios da instituição, o tempo, e o que será desenvolvido, porém, as instituições podem aproveitar essas situações e criar atividades de aprendizado, de valorização do indivíduo, e de relação com a sociedade.

Como os alunos têm ambições diferentes seria uma utopia exigir que os cursos superiores formassem profissionais totalmente qualificados em todas as possibilidades que existem no mercado de trabalho. Afinal, o curso superior é limitado quanto à prática e cabe aos alunos buscarem a especialização de acordo com seu interesse para desenvolver seu conhecimento técnico, bem como suas habilidades e competências e à instituição de ensino cabe estimular essa busca.

#### **2.5.1.1. Participação em Palestras, Seminários e Encontros**

Essas atividades são as mais comuns nas instituições, e as que desenvolvem conhecimentos técnicos variados.

É importante que o aluno participe desses eventos, uma vez que, por meio dessas participações, ele adquire informações atuais, tem contato com profissionais da área, o que favorece o *network* e tem, igualmente, a possibilidade de desenvolver pensamentos críticos por ouvir várias opiniões.

Essas informações são valiosas e atualizam o ensino, já que o aluno leva para a sala de aula essas informações para discussão e crescimento junto aos professores e colegas.

Para comprovação da participação, essas atividades, geralmente, emitem certificados ou comprovantes de participação. Do mesmo modo, há a possibilidade do desenvolvimento de um trabalho relacionado ao tema estudado e este apresentado em sala de aula.

Para os eventos que todos os alunos têm acesso, o professor da disciplina, que mais se relacione com o tema estudado, pode elaborar uma avaliação para os alunos, seguida de uma explanação para atualização de toda a turma, como uma forma de comprovar os conhecimentos ou fazer o aluno prestar atenção.

#### **2.5.1.2. Cursos Técnicos de Atualização e Cursos Livres**

Esses são os cursos que fazem diferença na formação do contador, e o aluno deve sempre buscar, considerando sua área de desenvolvimento profissional.

Nessa área os cursos de informática são de extrema relevância, pois, comumente, os sistemas integrados de dados são informatizados e agregam valor tecnológico ao contador.

Cursos de raciocínio lógico e quantitativo são igualmente importantes para o desenvolvimento do profissional de contabilidade, nas áreas administrativo-gerencial, pois levam ao aperfeiçoamento daquilo que é ensinado e aprendido em sala de aula.

Para o melhor aproveitamento do conteúdo desses cursos o aluno precisa ter um mínimo conhecimento e, por essa razão, algumas instituições somente permitem que esse tipo de atividade seja realizada, depois de determinado período cursado na graduação, justamente para que o aluno conheça todas as suas possibilidades.

### **2.5.1.3. Estágios Não Obrigatórios e Atividades Profissionais**

Os estágios não obrigatórios e atividades profissionais constituem uma importante ferramenta de aprendizado, que tem sido utilizada por algumas instituições, como as Atividades Complementares. Como são realizadas em muitas horas, algumas instituições limitam a quantidade de horas correspondente a essas atividades.

De qualquer modo, esse tipo de prática deve ser estimulada, considerando a importância da experiência para exercer a profissão, no caso do aluno já estar trabalhando na área durante o curso superior, ou no caso do aluno estudar no período matutino e ter disponibilidade para realizar estágios.

### **2.5.1.4. Cursos no Conselho Regional de Contabilidade, Sindicatos e Representantes de Classe**

Estes cursos são importantes para aliar a instituição formadora às entidades representantes de classe. Por meio desses cursos os alunos têm possibilidades de vivenciar as necessidades relacionadas à classe contábil e aos sindicatos.

É importante que o aluno se aproxime destas instituições que serão suas parceiras no futuro; entidades que oferecem programas de educação continuada e informações atuais de problemas da comunidade. Para o aluno é de extrema importância a participação nestas atividades.

### **2.5.1.5. Visitas Técnicas**

Esta atividade pode ser organizada pelos alunos, ou mesmo pela entidade, pois, os alunos devem conhecer o ambiente funcional das empresas, o processo de produção, o modelo de negócio, os sistemas de informação, enfim, toda a realidade das empresas privadas e públicas.

Como a maioria dos alunos, do curso de Ciências Contábeis, trabalha durante o dia, não há como exigir sua participação, por isso, deve ser uma atividade oferecida como atividade complementar.

#### **2.5.1.6. Grupos de Pesquisas Acadêmicas**

O aluno deve ser envolvido no mundo acadêmico de forma que este possa ter uma base para optar pelo caminho da pesquisa ou não e, para tanto, algumas instituições criam grupo de pesquisas com a finalidade de desenvolver pesquisas relacionadas às diferentes áreas da contabilidade,

Essa prática é importante, por expor ao aluno a possibilidade de uma carreira profissional e uma carreira acadêmica.

#### **2.5.1.7. Atividades em Laboratório**

As atividades em laboratório são extremamente significativas para o desenvolvimento do aluno, pois, por meio dessas atividades podem ser desenvolvidas competências práticas necessárias ao profissional, atividades em programas integrados de dados, atividades com situações reais de consultoria ou escrituração.

As instituições podem, também, elaborar atividades nos laboratórios que podem ser consideradas como atividades complementares.

#### **2.5.1.8. Monitoria**

Essa atividade, além de possibilitar o reforço no aprendizado, possibilita o contato do aluno com a situação de aprender a ensinar, de ter contato com outros alunos, com o mundo acadêmico e ajudar o professor em sala de aula, em situações de atendimento individualizado.

#### **2.5.1.9. Atividades Complementares relacionadas ao Desenvolvimento de Atividades Culturais**

Nossa (2008) cita que o professor e, conseqüentemente, o aluno deve procurar ter conhecimentos de cultura geral, adquirindo, dessa forma, maior

capacidade para identificar e para captar o significado das coisas, compreender e formular juízos, adaptando-se à evolução da economia e do emprego.

A missão fundamental da educação consiste em ajudar cada indivíduo a desenvolver todo o seu potencial e a tornar-se um ser humano completo, e não um instrumento da economia; a aquisição de conhecimentos e competências deve ser acompanhada pela educação do caráter, a abertura cultural e o despertar da responsabilidade social (NOSSA, 2008, p.8).

O conhecimento cultural se tornou relevante devido à explosão de conhecimento e aos avanços tecnológicos, potencializados pela globalização.

#### **2.5.1.10. Cursos de Línguas**

Dominar línguas estrangeiras é importante a todas as profissões, especialmente, a de contador, considerando a necessidade de consulta em bibliografias e os trabalhos em empresas multinacionais.

Nossa (2008) cita que:

No Brasil tem-se grande necessidade do uso da língua inglesa, primeiro porque a linguagem dos negócios é cada vez mais globalizada, e segundo, pela escassez de bibliografias nacionais que versam principalmente sobre a área contábil e áreas afins. Qualquer estudo mais profundo que se queira elaborar, leva-se compulsoriamente à pesquisa de bibliografias estrangeiras. Com o forte avanço nas áreas de comunicações, especialmente a Internet, tornou-se muito fácil percorrer o mundo em busca de informações. O espanhol também é outra linguagem necessária, uma vez que é amplo o relacionamento de empresas entre os países da América Latina, especialmente com relação aos países integrantes do Mercosul. (NOSSA, 2008, p.8).

O domínio não só do inglês, mas, de várias línguas tornou-se uma condição extremamente favorável ao profissional, pois é um benefício em favor próprio que lhe abre portas em um ambiente globalizado.

Nos últimos tempos, com a situação de internacionalização da economia, o Brasil em situação financeira favorável vem atraindo investimentos financeiros e quem estiver apto a lidar com essas situações terá mais opções profissionais.

#### **2.5.1.11. Livros, Viagens e Filmes**

O mundo dos livros, filmes e as viagens abrem novos horizontes, pois, essas atividades devem ser estimuladas no ambiente acadêmico. O profissional de contabilidade precisa conhecer novas culturas, diferentes hábitos, uma diversidade que faz diferença no ambiente corporativo.

Essas atividades devem ser mencionadas e estimuladas pelos professores, contudo, o problema desse tipo de atividade está na sua comprovação, especialmente da leitura de livros e dos filmes assistidos. O ideal seria sugerir e passar estes filmes na instituição, ou exigir comprovação de ingressos de cinemas, participação em rodas de análise de leitura proporcionadas por professores, já as viagens cobrar a documentação que comprovem que esta efetivamente ocorreu, bem como um relatório de viagem.

#### **2.5.1.12. Atividades Complementares com a finalidade de Desenvolver Habilidades Pessoais**

As tão faladas habilidades pessoais e interpessoais são de extrema importância para o profissional em contabilidade. Identificando suas dificuldades, os alunos têm condições de buscar atividades complementares que os auxiliem a vencer essas barreiras.

#### **2.5.1.13. Cursos de Teatro**

Para os alunos que tem dificuldade de se relacionar e se expressar existem cursos de teatro especializados em desenvolver a timidez e a expressão corporal para jovens formandos, empresários e até o público em geral.

#### **2.5.1.14. Cursos Livres de Compreensão e Interpretação de Texto**

Interpretar textos é uma competência essencial para o contador, devido às mudanças constantes em nossa legislação que o profissional deve estar sempre lendo, desenvolvendo interpretações. Se o aluno tiver dificuldade nesse quesito deve procurar desenvolver essa competência.

#### **2.5.1.15. Cursos de Etiqueta Profissional**

O profissional em contabilidade, que antes era só um técnico guarda livros, atualmente participa de negociações, convenções, palestras e situações nas quais é exigida desse profissional uma postura proativa e adequada. Atualmente existem instituições que oferecem cursos especializados em etiqueta ligada ao mundo dos negócios.

#### **2.5.1.16. Retórica**

A arte de bem falar, de se expressar com eloqüência, de maneira a se fazer entender e convencer, capacidade de adequar a forma de passar a informação de acordo com quem está ouvindo é uma habilidade que pode ser desenvolvida e aperfeiçoada, para que o contador seja capaz de transmitir suas ideias com eficácia.

#### **2.5.1.17. Atividades de Envolvimento do Aluno e a Sociedade**

Em tempos de responsabilidade social, governança corporativa, desenvolvimento sustentável, as instituições de ensino têm a responsabilidade de desenvolver e estimular o senso social em seus alunos.

Uma atividade que pode ser feita é a elaboração de cursos e palestras para a sociedade ou para alunos de outros cursos.

A área de finanças e controles pessoais oferece conhecimentos necessários a todos, com educação financeira e contábil podemos auxiliar na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Projetos ligados a cursos e consultorias pessoais em finanças pessoais são boas estratégias para auxílio à comunidade. Outras atividades estão relacionadas ao imposto de renda para pessoa física. Essas atividades devem ser orientadas por professor responsável.

#### **2.5.1.18. Pesquisas Relacionadas à Sociedade e aos Arranjos Produtivos Locais**

É importante o aluno entender como funciona a sociedade em que vive e buscar soluções para auxiliar no seu desenvolvimento.

Atividades com grupo de pesquisas e análise de atividades da região são interessantes a fim de levantar dados para serem interpretados.

Estas são algumas possibilidades de utilização da carga horária de atividades complementares. Evidentemente, como em qualquer outra atividade, as estratégias das instituições devem ser estruturadas e organizadas de forma a tornar a utilização destas atividades uma eficaz ferramenta de flexibilização e prática do ensino.

### 3. METODOLOGIA E TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Este tópico apresenta a metodologia utilizada no trabalho e também para a realização da pesquisa, os critérios utilizados para determinação da amostra e a trajetória percorrida para chegar às informações e aos resultados.

#### 3.1. MÉTODO E PESQUISA

A pesquisa ao ser realizada depende de um procedimento metodológico, com a finalidade de dar credibilidade ao leitor sobre as questões propostas. Gil (2007) afirma que procedimentos racionais e sistemáticos objetivam fornecer respostas aos problemas propostos.

Assim, para Lakatos e Marconi (2003):

Pesquisa pode ser considerada um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 43).

A pesquisa faz uso do método por ser um processo investigativo e, considerando sua importância para o desenvolvimento acadêmico, ressaltamos que é preciso conhecer a realidade dos fatos a serem estudados, com a finalidade de tomar decisões e conclusões.

A ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e técnicas operacionais que permitem o acesso a relações causais constantes entre os fenômenos. (SEVERINO, 2007, p.102).

Com base no estudo dos fatos, e das relações podemos afirmar que trata-se de pesquisa empírica, porque, segundo Demo (2000, p.22), “os fatos dependem do referencial teórico de forma a facilitar a aproximação da prática”.

As características deste tipo de pesquisa são exploratórias no sentido de ser um assunto pouco estudado, e no objetivo que é de buscar informações esclarecedoras sobre o tema, porém, possui, também, características do tipo de pesquisa descritiva, porque é mais abrangente no sentido de relacionar variáveis e a observação quanto à natureza das informações. Severino (2007) e Silva e Menezes (2001) definem a pesquisa do tipo exploratória:

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação deste objeto. (SEVERINO, 2007, p.123).

A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudo de caso (SILVA; MENEZES, 2001, p.21).

Gil (2007) tece considerações sobre a pesquisa do tipo descritiva, que tem como objetivo estudar as características de um grupo, relacionar variáveis, que vão além de simples identificação, como proposto na pesquisa exploratória, e se propõe a analisar a essência das informações.

Lakatos e Marconi (2003), definem a pesquisa do tipo descritiva como aquela que:

Procura observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos (variáveis), sem que o pesquisador interfira neles ou os manipule. Este tipo de pesquisa tem como objetivo fundamental a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, isto é, aquelas que visam estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, e outros. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.52).

Considerando as definições dos autores trata-se de pesquisa exploratório-descritiva.

### 3.2. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Para o levantamento de dados e identificação da amostra, são utilizados dados secundários, da base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para obtenção de informações relativas à quantidade de cursos de Ciências Contábeis avaliados, pelo Ministério da Educação, existentes no país, bem como quais suas respectivas avaliações. As informações estão disponibilizadas no site do próprio INEP e, por meio delas foi possível identificar a porcentagem de cursos relacionados a cada conceito, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1 – Análise Percentual entre o Total de Instituições e o Índice Geral de Curso**

<b>Conceito</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
<b>5</b>	<b>9</b>	<b>1%</b>
<b>4</b>	<b>63</b>	<b>7%</b>
<b>3</b>	<b>343</b>	<b>38%</b>
<b>2</b>	<b>243</b>	<b>27%</b>
<b>1</b>	<b>8</b>	<b>1%</b>
<b>SC</b>	<b>236</b>	<b>26%</b>
<b>Total</b>	<b>902</b>	<b>100%</b>

Fonte: Disponível no Portal do INEP (2009)

A relação foi feita considerando:

- O total de instituições avaliadas pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) no último triênio, sendo de 2007 a 2009.
- Os Índices Gerais de Cursos (IGC) que definem o conceito e que variam de um a cinco.
- As instituições avaliadas como Sem Conceito (SC) são consideradas sem elementos suficientes para avaliação.

A população estudada, considerando, o objetivo da pesquisa, que é identificar as estratégias de utilização de atividades complementares, se encaixa em 2 tipos:

- Tipo 1: instituições de ensino que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis e que obtiveram o IGC, igual a cinco na avaliação do ENADE, totalizando nove instituições.
- Tipo 2: instituições que obtiveram conceito IGC, igual a quatro, com as maiores notas no item projeto pedagógico. Para esta pesquisa foram selecionadas as dez maiores notas, considerando o número mínimo de cento e vinte e oito alunos que responderam a questão sobre projeto pedagógico.

Os cursos avaliados com conceito cinco são aqueles cursos que atendem a todos os requisitos estabelecidos pelo MEC, representam 1% do total dos cursos avaliados pelo ENADE. A Tabela 2 mostra a relação de instituições que obtiveram conceito cinco no Curso de Ciências Contábeis.

**Tabela 2 – Instituições Avaliadas pelo ENADE, em 2009, com IGC 5**

Instituição de Ensino	Sigla	Cidade	UF	Conceito
Universidade de Brasília	UNB	Brasília	DF	5
Faculdade FUCAPE	FUCAPE	Vitória	ES	5
Universidade Federal de Goiás	UFG	Goiania	GO	5
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Belo Horizonte	MG	5
Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	São João Del Rei	MG	5
Fundação Universidade Federal de Viçosa	UFV	Viçosa	MG	5
Universidade Veiga de Almeida	UVA	Rio de Janeiro	RJ	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Porto Alegre	RS	5
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Florianópolis	SC	5

Fonte: Disponível no Portal do INEP (2009)

Os cursos avaliados com conceito quatro são considerados, cursos que, em algum ou alguns itens, não atenderam os requisitos estabelecidos pelo MEC.

Estes cursos representam 1% do total dos cursos avaliados pelo ENADE, como mostra a Tabela 3 que contém a relação de instituições com conceito quatro.

**Tabela 3 – Instituições Avaliadas pelo ENADE considerando a Nota de Projeto Pedagógico**

Instituição de Ensino	Sigla	Cidade	UF	Conc.
Centro Universitário UNIVATES	UNIVATES	Lajeado	RS	4
Centro Universitário FECAP	FECAP	São Paulo	SP	4
Instituto de Ensino Superior COC	COC	Ribeirão Preto	SP	4
Faculdade INEDI	CESUCA	Cachoeirinha	RS	4
Universidade Paulista	UNIP	São Paulo	SP	4
Universidade de Caxias do Sul	UCS	Bento Gonçalves	RS	4
Universidade do Norte do Paraná	UNOPAR	Londrina	PR	4
Universidade Paranaense	UNIPAR	Umuarama	PR	4
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	São Paulo	SP	4
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUCSP	São Paulo	SP	4

Fonte: Disponível no Portal do INEP (2009)

O critério considerado para identificar a amostra do tipo 2 foi o seguinte:

Do total de sessenta e três instituições que receberam conceito quatro, responderam a questão sobre projeto pedagógico oito mil e trinta e cinco alunos, o que deu uma média (o número total de alunos dividido pelo número de instituições com conceito quatro) de cento e vinte e oito alunos por instituição.

Foram consideradas as dez maiores notas de avaliação de projeto pedagógico das instituições com conceito quatro com, no mínimo, cento e vinte e oito alunos que responderam a questão sobre projeto pedagógico.

É considerado o critério de que há maior dificuldade de influenciar um número maior de alunos, portanto, quanto maior o número de alunos, mais a resposta se aproxima da realidade.

A Tabela 4 evidencia a relação do número de alunos com a nota de avaliação do projeto pedagógico, bem como a porcentagem de aceitação das instituições selecionadas.

**Tabela 4 – Relação Quantidade de Alunos e a Nota do Projeto Pedagógico**

<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Sigla</b>	<b>Cidade</b>	<b>Alunos</b>	<b>%Aprov</b>	<b>Av. PP</b>
Centro Universitário UNIVATES	UNIVATES	Lajeado	220	77,7%	3,8864
Centro Universitário FECAP	FECAP	São Paulo	193	77,7%	3,8860
Instituto de Ensino Superior COC	COC	Ribeirão Preto	762	75,3%	3,7664
Faculdade INEDI	CESUCA	Cachoeirinha	161	75,2%	3,7578
Universidade Paulista	UNIP	São Paulo	295	72,5%	3,6271
Universidade de Caxias do Sul	UCS	Bento Gonçalves	150	72,0%	3,6000
Universidade do Norte do Paraná	UNOPAR	Londrina	1434	66,7%	3,3368
Universidade Paranaense	UNIPAR	Umuarama	132	65,9%	3,2955
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	São Paulo	162	63,0%	3,1481
Pontifícia Univ. Católica de São Paulo	PUCSP	São Paulo	155	59,4%	2,9677

Fonte: Disponível no Portal do INEP (2009)

### 3.3. ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

Os **coordenadores** das Instituições selecionadas são os sujeitos de pesquisa.

Os veículos utilizados para identificar as informações, a princípio, são:

- Pesquisas em sites das instituições selecionadas.
- E para as informações que não foram respondidas através de informações secundárias, foi feito um questionário e enviados aos coordenadores das instituições selecionadas.

O questionário tem questões objetivas que são consideradas como hipóteses de resultados, com a observação de que caso as hipóteses não representar a realidade apresentar outra resposta.

O questionário possui questões **fechadas**, que podem ser complementadas ou explicadas o que permite que as informações sejam avaliadas de forma tanto **quantitativa** quanto **qualitativa**.

As informações foram identificadas por meio de dados **primários** e **secundários**, ou seja, primários pelas entrevistas e questionário e secundários com informações disponíveis nos sites das instituições selecionadas.

Após a coleta das informações nos sites das instituições, deu-se início ao processo de envio dos questionários, e após enviados, foi feito contato com todos os coordenadores, solicitando a colaboração nas respostas dos questionários. O envio

dos emails ocorreu em 16 de agosto de 2010 e entre os dias 22 e 24 de agosto foram feitos os contatos junto aos coordenadores via telefone para solicitar a resposta ao questionário.

### 3.4. ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

O questionário (Apêndice 1) foi dividido em sete tópicos e essa divisão foi feita considerando os objetivos e a forma de identificação das respostas. Pode haver respostas diferentes das sugeridas; as opções de respostas são hipóteses, prováveis respostas.

As questões foram elaboradas considerando o objetivo geral do estudo, que é: identificar se há um padrão com realização das atividades complementares no curso de Ciências Contábeis no que se refere a: carga horária, organização, administração e custo, e analisar a contribuição para o aprendizado e qualidade do curso na percepção dos coordenadores.

O Quadro 4 apresenta os tópicos apresentados no questionário com os respectivos objetivos.

<b>TÓPICO</b>	<b>OBJETIVOS</b>
<b>1</b>	Identificar informações sobre os coordenadores e a forma de contato.
<b>2</b>	Identificar a quantidade de horas de atividades complementares, e a divisão de horas do curso.
<b>3</b>	Identificar a distribuição das horas de atividades complementares.
<b>4</b>	Analisar a forma de organização burocrática das atividades complementares, quanto a documentos e prazos.
<b>5</b>	Identificar a estratégia de realização de atividades quanto ao tempo, para os alunos que estudam no período noturno.
<b>6</b>	Analisar o custo ou ganho financeiro com atividades complementares.
<b>7</b>	Analisar a percepção dos coordenadores quanto às atividades complementares.

#### **Quadro 5 - Tópicos Utilizados no Questionário**

Fonte: Elaborado pela Autora

No tópico que segue apresentamos os resultados obtidos com os questionários recebidos até o momento antecedente à qualificação. Os demais serão incorporados à dissertação.

## 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Após a estruturação e execução do questionário, com os dados obtidos e sua respectiva sistematização passamos à demonstração e análise dos resultados.

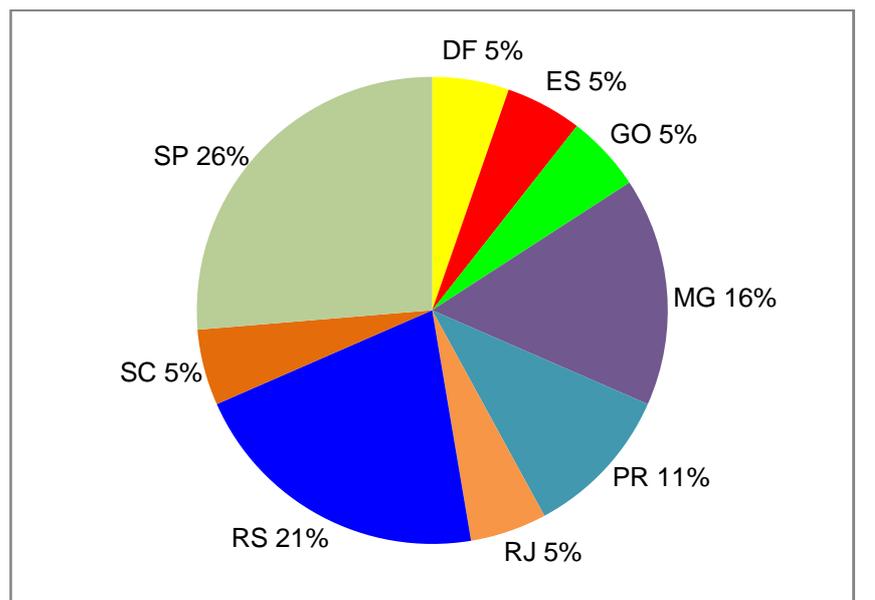
### 4.1. INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS INFORMAÇÕES DA AMOSTRA

Das dezenove instituições de ensino selecionadas para a pesquisa foram identificadas instituições de três regiões do país, sendo:

- Sete instituições, da região sul, representado 37% do total da amostra.
- Dez instituições da região sudeste, representando 53% do total da amostra.
- Duas instituições da região centro-oeste, representando 11% do total da amostra.

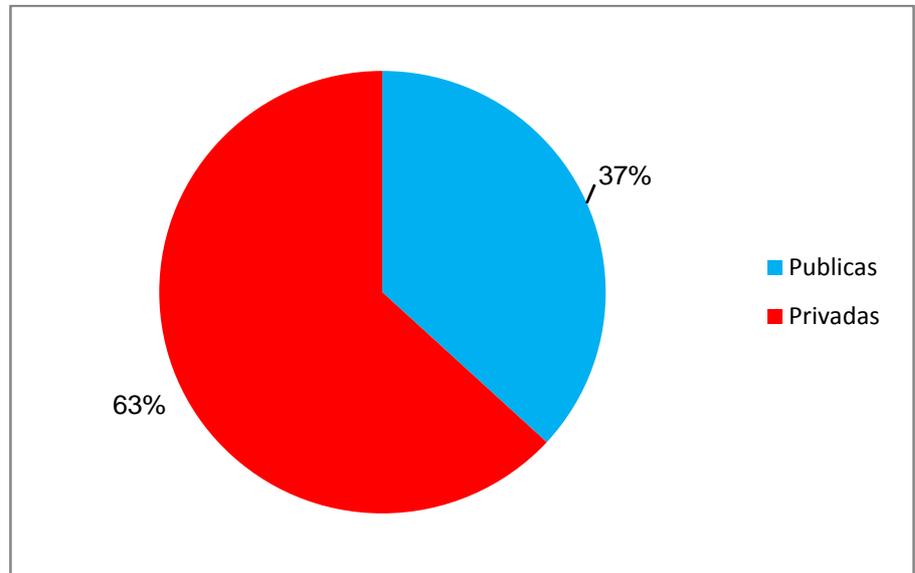
Considerando os critérios utilizados para essa seleção da amostra, as demais regiões não foram mencionadas.

O Gráfico 1 apresenta a porcentagem de instituições por Estado, sendo o Estado de São Paulo o mais representativo, com cinco instituições, representando 26%.



**Gráfico 1 – Quantidade de Instituições de Ensino por Estado**  
Fonte: Elaborado pela Autora

Do total de dezenove instituições, doze são privadas e representam 63%, já as públicas somam sete e representam os outros 37%.



**Gráfico 2 – Proporção entre Instituições Públicas e Privadas**

Fonte: Elaborado pela Autora

As instituições públicas, que representam 37%, obtiveram o conceito cinco pelo MEC.

As informações sobre os coordenadores, como nome, e-mail e telefone foram identificadas por informações secundárias, no site das instituições e são mantidas em sigilo.

## 4.2. HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Das instituições de ensino selecionadas foi possível identificar, pelas informações secundárias e primárias, a estrutura de carga horária de quinze instituições e, deste total, somente uma não possui atividades complementares; as demais (quatorze) instituições possuem atividades complementares.

O Quadro 6 apresenta as Instituições que possuem Carga Horária para Atividades Complementares

<b>Instituições que possuem atividades complementares.</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Possuem	14	93%
Não possuem	1	7%

**Quadro 6 – Instituições que possuem Carga Horária para Atividades Complementares**  
Fonte: Elaborado pela Autora

O objetivo desta questão foi identificar se as atividades complementares são uma prática nas instituições consideradas com conceitos satisfatórios.

Observamos que todas as instituições responderam ter em sua carga horária atividades complementares, com exceção de uma delas. O coordenador da instituição que não tem carga horária para atividades complementares evidenciou que a instituição está reorganizando o projeto pedagógico e que, para o próximo semestre, serão acrescentadas sessenta horas de atividades complementares. Para essa decisão foi considerada, além da exigência do MEC, a importância da prática, pois, segundo o coordenador as atividades complementares são práticas que contribuem para a formação do profissional e, conseqüentemente, do curso.

No Quadro 7 é analisada a carga horária de cada instituição, com o objetivo de identificar se há um padrão com relação à quantidade de horas.

<b>Carga Horária de Atividades Complementares</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Zero horas	1	7%
1 a 100 horas	2	13%
101 a 200 horas	5	33%
201 a 300 horas	5	33%
301 a 400 horas	2	13%

**Quadro 7 – Carga Horária de Atividades Complementares**  
Fonte: Elaborado pela Autora

Com relação à carga horária, o Quadro 6 evidencia que 80% das instituições têm uma carga horária maior de 100 horas, sendo duas instituições com mais de 300 horas.

Concluimos que não há padrão com relação à de carga horária.

Nos Quadros 8 e 9 são evidenciadas as análises das instituições públicas e privadas, com relação à carga horária de atividades complementares, de forma separada. O objetivo é identificar se as instituições privadas têm mais horas complementares do que as instituições públicas. A hipótese é de que as atividades complementares são utilizadas como estratégias de redução de custo.

<b>Carga Horária de Atividades Complementares Instituições Públicas</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Zero horas	1	20%
1 a 100 horas	2	40%
101 a 200 horas	0	0%
201 a 300 horas	1	20%
301 a 400 horas	1	20%

**Quadro 8 – Carga Horária de Atividades Complementares – Instituições Públicas**

Fonte: Elaborado pela Autora

Observa-se que 60% da amostra têm menos de 100 horas de carga horária de atividades complementares.

<b>Carga Horária de Atividades Complementares Instituições Privadas</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Zero horas	0	0%
1 a 100 horas	0	0%
101 a 200 horas	5	50%
201 a 300 horas	4	40%
301 a 400 horas	1	10%

**Quadro 9 – Carga Horária de Atividades Complementares – Instituições Privadas**

Fonte: Elaborado pela Autora

Observamos que 100% da amostra têm mais de 100 horas de carga horária de atividades complementares.

Ao analisar os dois quadros 8 e 9 observamos que a carga horária nas instituições privadas é maior que nas públicas, o que indica uma preocupação maior em manter essa atividade por parte das instituições privadas. A hipótese de

possibilidade de redução de custo utilizando atividades complementares pode ser um indício que justifique essa tendência.

#### 4.2.1. Distribuição do Total de Horas

Do total de horas do curso que, no mínimo é de 3.000 horas, é permitido que até 20% do total, sejam dedicados a atividades práticas, que podem ser divididas em: Estágio, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

No Quadro 10 mostramos a análise de percentual da soma de Atividades Práticas, sendo Estágio, TCC e Atividades Complementares.

O objetivo desta questão é analisar a representatividade em percentual das atividades práticas, considerando a soma de Atividades Complementares, Estágio e TCC, em relação ao total de horas do curso.

<b>Percentual de Atividades Práticas = Estágio + TCC + AC</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
1% a 5%	2	13%
6% a 10 %	2	13%
11% a 15%	5	33%
16% a 20%	6	40%

**Quadro 10 – Relação Percentual entre a Carga Horária de Atividades Práticas e a Carga Horária Total do Curso**

Fonte: Elaborado pela Autora

O Quadro 10 indica que 73% do total das instituições têm um percentual acima de 11% de atividades práticas, sendo a soma de Estágio, TCC e Atividades Complementares no total de sua carga horária; isso indica que as instituições têm uma preocupação em desenvolver atividades práticas.

No Quadro 11 apresentamos a análise somente do percentual de atividades complementares em relação ao total de horas.

O objetivo é analisar a representatividade em percentual das atividades complementares no total do curso.

<b>Percentual de Atividades Complementares com Relação ao Total do Curso</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Zero	1	7%
1% a 5%	3	20%
6% a 10 %	8	53%
11% a 15%	3	20%
16% a 20%	0	0%

**Quadro 11 – Relação Percentual entre a Carga Horária de Atividades Complementares e a Carga Horária Total do Curso**

Fonte: Elaborado pela Autora

O Quadro 11 indica que 73% do total das instituições têm sua carga horária acima de 6% de atividades complementares.

Esta análise indica que as instituições estudadas possuem percentuais diferentes, de utilização de atividades complementares e de atividades práticas; não há um padrão quanto à carga horária ou percentual de utilização.

#### **4.3. DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES.**

A partir desta questão, somente as instituições que possuem atividades complementares e responderam o questionário participando da amostra, portanto, são somente sete instituições.

Para a realização desta parte da pesquisa foram analisadas as normas e diretrizes que orientam quanto à forma de cumprimento das horas de atividades complementares.

O primeiro questionamento, Quadro 12, foi quanto à instituição possuir ou não diretriz ou manual de atividades complementares.

<b>Manual ou Diretriz para Atividades Complementares.</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Possuem Manual	7	100%
Não Possuem Manual	0	0%

**Quadro 12 – Total de Instituições que possui Manual ou Diretriz para Atividades Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

Todas as instituições responderam possuir o manual e disponibilizaram para a pesquisa; duas instituições responderam ter reuniões mensais de esclarecimento quanto às atividades complementares, além do manual de orientação.

#### **4.3.1. Atividades Oferecidas pelas Instituições**

Foi questionado, em questão fechada, quanto à Instituição oferecer atividades, em que a carga horária pode ser considerada como atividade complementar.

O objetivo desta questão é analisar a participação da instituição na composição das atividades complementares, e se é cobrada alguma taxa para participação destes eventos. Essas atividades podem ser uma oportunidade das instituições oferecerem cursos e cobrarem por eles, já que são independentes da graduação.

<b>Instituições que oferecem atividades que podem ser consideradas como Complementares.</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Sim, a participação é gratuita.	4	57%
Sim, todas as atividades oferecidas pela instituição é cobrada do aluno que quer participar.	0	0%
Sim, algumas atividades são cobradas outras não.	3	43%
Não, o cumprimento das atividades é responsabilidade do aluno, não são oferecidas atividades pela instituição.	0	0%

**Quadro 13 – Atividades Complementares Oferecidas pela Instituição**

Fonte: Elaborado pela Autora

Esta questão do Quadro 13 evidencia as situações nas quais a própria instituição oferece cursos livres e cobra por eles.

No Quadro 14 o questionado é sobre o tipo de atividades que a instituição oferece, como, por exemplo: possibilidades de monitoria, palestras, participação em projetos de pesquisas, participação em ações junto à sociedade, congressos, atividades em laboratório e outras atividades gratuitas, bem como atividades nas quais são cobradas pela participação.

O objetivo é identificar se há um padrão no tipo de atividades oferecidas pela instituição.

<b>Tipos de Atividades oferecidas pela Instituição</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Seminários, Congressos, Simpósios	7	100%
Palestras	7	100%
Atividades em Laboratório	3	43%
Participação em Projetos de Pesquisas	6	86%
Monitoria	5	71%
Atividades Sociais em Conjunto com a Instituição	4	57%
Cursos livres – oferecido pela instituição.	6	86%

#### **Quadro 14 – Tipo de Atividades oferecidas pela Instituição**

Fonte: Elaborado pela Autora

O Quadro 14 evidencia a porcentagem de instituições que assinalaram as questões atividades em laboratório e atividades sociais, foram menos assinaladas.

Com relação às instituições que não oferecerem atividades em laboratório, o fato está relacionado à questão das instituições não possuírem laboratório, o que não é ideal considerando a importância das atividades práticas, logo, todas as instituições devem ter laboratório.

Com relação às atividades relacionadas às ações junto à sociedade, as instituições que promovem esse tipo de atividade só têm a ganhar, pois, promovem a sociedade aproveitando a mão de obra dos alunos, que aprendem, além de servir de aprendizado, se torna também uma boa estratégia de marketing.

### 4.3.2. Atividades que valem como Atividades Complementares

O objetivo desta questão é analisar o tipo de atividade aceita pelas instituições e, foram sugeridas opções com a observação de que o coordenador tem a liberdade de complementar com as atividades que julgar importante.

O Quadro 15 apresenta as atividades válidas como complementares.

<b>Tipos de Atividades que são aceitas como Complementares</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Curso de Línguas	6	86%
Cursos de Extensão e Cursos Livres não relacionadas ao curso	6	86%
Leitura de Livros	2	29%
Participação em Grupos de pesquisa, independente da instituição	4	57%
Estágio Não Obrigatório	4	57%
Monitoria	5	71%
Atividade Profissional Comprovada.	4	57%
Participação em Seminários, Congressos, Simpósios	7	100%
Palestras	7	100%
Atividades em Laboratório	3	43%
Participação em Pesquisas	5	71%
Atividades Sociais em Conjunto com a Instituição.	4	57%
Cursos Livres – oferecidos pela Instituição.	5	71%

**Quadro 15 – Atividades Válidas como Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

Das atividades mencionadas no Quadro 15, com relação à monitoria, atividades em laboratório e atividades junto à sociedade, estas já haviam sido comentadas.

A atividade menos mencionada foi a leitura de livros, o que representa um agravante à instituição, pois é uma atividade diretamente relacionada ao desenvolvimento de distintas atividades, inclusive, culturais o que deveria ser estimulado por todas as instituições.

### 4.3.3. Forma de Mensurar a Carga Horária das Atividades

A questão tem o objetivo de esclarecer como a instituição mensura os tipos diferentes de atividades, quanto a sua carga horária, como mostra o Quadro 16.

Quantidade de Horas que devem ser feitas por Atividades	Instituições	%
As horas podem ser feitas em qualquer atividade; não há carga horária mínima ou máxima e nem valoração diferente por atividade.	2	29%
Há uma valoração de horas diferente por atividade e têm atividades que tem carga horária mínima e máxima.	4	57%
Há uma valoração de horas diferente por atividade e não tem atividade que tenha carga horária mínima ou máxima.	1	14%

**Quadro 16 – Critério de Valoração de Carga Horária por Atividades**

Fonte: Elaborado pela Autora

A maioria das instituições tem algumas atividades que possuem uma carga horária mínima, sendo que outras atividades podem ser feitas ou não, mas, tem uma carga horária máxima. Esse critério possibilita que o aluno faça várias atividades diferentes, o que é positivo para a sua formação.

Quanto à valoração diferenciada, se relaciona a atividade que tem uma carga horária maior. Por exemplo, um primeiro semestre de curso de línguas é equivalente a três horas de atividades complementares.

Esses critérios são importantes para a eficácia no que se refere ao aproveitamento dessas atividades complementares, para o aprendizado do aluno.

## 4.4. ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O objetivo das questões relacionadas a este tópico está em analisar como as instituições organizam a parte burocrática das atividades complementares, quanto à documentos e prazos.

Estas informações podem ser identificadas na diretriz ou manual de atividades complementares disponibilizado pela instituição ou identificada diretamente com o coordenador.

A questão sobre o momento de cumprir as atividades, evidencia se a instituição possui uma estratégia, quanto ao tempo de cumprir essas atividades, considerando que alguma disciplina exija ser cursada como pré-requisito.

O Quadro 17 apresenta os prazos para o cumprimento das horas de atividades complementares.

<b>Prazo para o cumprimento das Horas de Atividades Complementares.</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
As atividades podem ser cumpridas em qualquer fase do curso.	5	71%
Tem uma quantidade de horas a ser cumprida por semestre	0	0%
Só pode ser cumprida a partir de determinado semestre.	2	29%

**Quadro 17 – Prazos para Cumprir as Horas de Atividades Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

A maioria das instituições (71%) respondeu que as atividades podem ser feitas em qualquer fase do curso, o restante das instituições (29%) respondeu que só podem ser cumpridas depois de determinado semestre, considerando que as atividades podem ser bem aproveitadas se feitas com um conhecimento prévio mínimo.

O questionamento quanto à entrega de documentos, Quadro 18, é importante para identificar o cuidado com a comprovação da real execução das atividades complementares.

<b>Documentos que comprovam o cumprimento das Atividades Complementares.</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Através de formulário/relatório próprio da instituição, com assinatura do responsável pela atividade ou cópia do documento que comprove o cumprimento da atividade.	7	100%
Somente com o formulário/relatório da instituição. Não é exigido o comprovante.	0	0%

**Quadro 18 – Documentos Comprobatórios de Atividades Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

Algumas instituições relataram ter pastas por alunos, para armazenar documentos; outras instituições informaram que copiam o documento em arquivo e armazenam em seu banco de dados, junto às demais informações, por alunos.

A fiscalização e cobrança de qualidade na execução de atividades complementares traz reflexos positivos ao curso, uma vez que essas horas geram conhecimentos e os alunos que levam o curso a sério, não aceitariam se tais atividades fossem mal organizadas e pudessem ser entregues em qualquer documento.

Quanto a ter um profissional exclusivo para atividades complementares, como questionado no Quadro 19, algumas instituições afirmaram ter uma coordenação exclusiva para isso; outras aproveitaram a estrutura já existente e adaptaram uma rotina para entrega dos documentos.

Quanto à orientação, algumas instituições afirmam que além do manual, também, realizam palestras para orientar como proceder na execução das atividades complementares.

<b>Instituições que possuem Profissionais exclusivamente para orientar e organizar as Atividades Complementares.</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Possuem	4	57%
Não possuem	3	43%

**Quadro 19 – Responsável para Organizar as Atividades Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

A maioria das instituições determina pessoas exclusivas para orientar e organizar a questão de atividades complementares, inclusive, em conjunto com outros cursos.

A questão do Quadro 20 tem o objetivo de analisar onde os alunos entregam os documentos de comprovação das atividades complementares, bem como evidenciar a estratégia de administração dessas atividades.

<b>Profissional que recebe os documentos que comprovam o cumprimento de atividades complementares.</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
À Secretária	5	71%
O Coordenador do Curso	1	14%
O Responsável pelas Atividades Complementares.	1	14%

**Quadro 20 – Responsável por Receber os Documentos Referentes às Atividades Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

A maioria das instituições recebe os documentos relacionados às atividades complementares na secretaria, já a conferência, aprovação e validação, geralmente é feita pela coordenação ou pelos professores responsáveis pelas atividades complementares.

O objetivo do Quadro 21 é analisar o prazo de entrega da documentação, como importante para identificar a forma de utilização da estrutura de recebimento.

<b>Prazo de Entrega da Documentação</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
A qualquer momento.	4	57%
Semestralmente.	2	29%
Anualmente.	1	14%
No final do curso.	0	0%

**Quadro 21 – Prazo de Entrega da Documentação**

Fonte: Elaborado pela Autora

O prazo para entrega dos documentos é a qualquer momento na maioria das instituições.

#### **4.5. ESTRATÉGIA QUANTO AO TEMPO PARA ALUNOS DO PERÍODO NOTURNO**

Este questionamento tem como objetivo identificar a estratégia de realização de atividades, quanto ao tempo para os alunos que estudam no período noturno.

Foi analisada a questão de disciplinas a distância, uma vez que essa prática possibilitaria à instituição liberar o aluno mais cedo ou mesmo diminuir os dias de

aulas na semana, ou seja, ele não vai até à instituição ou sai mais cedo, o que certamente ajudaria àqueles que trabalham, com mais tempo para executar as horas de atividades complementares.

O Quadro 22 mostra as estratégias das instituições com relação ao tempo disponível para os alunos que estudam a noite.

<b>Estratégias que viabilize tempo aos alunos que estudam a noite, para que esses possam exercer suas Atividades Complementares.</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Não há nenhuma estratégia; a responsabilidade é do aluno.	5	71%
Uma das estratégias é a parcela de educação a distância, flexibilizando o tempo do aluno.	0	0%
A maior parte das atividades é feita na instituição no período de aulas.	2	29%

**Quadro 22 – Estratégia das Instituições quanto ao Tempo para os alunos do Curso Noturno**

Fonte: Elaborado pela Autora

A maioria das instituições afirma que a responsabilidade é do aluno e que não existem estratégias.

#### **4.6. ANÁLISE DE GANHO OU PERDA FINANCEIRO COM ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Essa questão foi elaborada com o intuito de analisar se as atividades complementares representam ganho ou perda financeira à instituição.

Na situação de instituições, que diluem as tarefas na estrutura já existente, é gerada uma economia, diminuindo as horas aulas que deveriam ser pagas aos professores.

As instituições que organizam uma estrutura para administrar as atividades complementares têm um custo financeiro, que pode ser compensado pela oferta de cursos livres extracurriculares, a um determinado custo, aos alunos; esses cursos podem servir como atividades complementares e permitir que terceiros também possam participar.

O Quadro 23 apresenta o ganho ou perda financeira com atividades complementares.

<b>Ganho ou Perda Financeiro com Atividades Complementares</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
É uma estratégia de diminuição de custo. As atividades são de responsabilidade dos alunos e a instituição diminui o custo de horas aulas no total do curso	1	14%
As AC oneram o curso, devido ao custo de estruturação, e de atividades (cursos, palestras) que são oferecidos aos alunos gratuitamente .	0	0%
As AC oneram o curso devido à manutenção de um professor para coordenar estas atividades.	3	43%
Indiferente ao custo do curso não responderam a questão	1	14%
Não responderam a questão	2	29%

#### **Quadro 23 – Ganho ou Perda Financeira com Atividades Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

A maioria das instituições considera que as atividades oneram o curso, considerando a necessidade de manter um professor para coordenar essas atividades.

### **4.7. PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES QUANDO ÀS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As questões relacionadas a este tópico têm o objetivo de analisar a percepção dos coordenadores com relação às atividades complementares; as respostas são percepções pessoais dos coordenadores e não necessariamente representam a ideia da instituição.

A primeira questão, Quadro 24, se refere à percepção quanto à importância das atividades complementares para o aluno.

<b>Importância da Parcela de Horas destinadas às Atividades Complementares na Formação do Aluno</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Muito importante, faz com que o aluno busque uma formação diferenciada	2	29%
Importante, é bom para o aluno	5	71%
Indiferente	0	0%
Ruim para o aluno; nessas horas ele deveria ficar em sala de aula.	0	0%

#### **Quadro 24 – Percepção do Coordenador quanto à importância das Atividades Complementares para o Aluno.**

Fonte: Elaborado pela Autora

Foi questionado quanto à percepção dos alunos com relação às atividades complementares. Como as atividades complementares são de responsabilidade dos alunos e compõem a carga horária total do curso, é possível supor que o aluno poderia questionar a quantidade de horas, justificando que deveria estar em sala de aula.

O Quadro 25 apresenta a opinião do Coordenador quanto à percepção do aluno quanto às Atividades Complementares

<b>Percepção dos Alunos com relação às Atividades Complementares</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Muito importante; entendo como diferencial da instituição	1	14%
Importante, acha que é bom para ele próprio	5	71%
Indiferente, não há rejeição	0	0%
Ruim devido à falta de tempo do aluno para execução das atividades	0	0%
Ruim, acha que estas horas deveriam ser de aulas presenciais	0	0%
Alguns reclamam outros cumprem a carga horária com facilidade	1	14%

**Quadro 25 – Opinião do Coordenador quanto à Percepção do Aluno, quanto às Atividades Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

As repostas evidenciam que a maioria do alunos acha importante na percepção do coordenador, já 14% das instituições afirmam que os alunos reclamam com relação ao fato de não ter tempo para cumprir as atividades.

Não houve resposta que evidenciasse a questão do aluno reclamar por ter a carga horária de atividades complementares, alegando que deveria estar em sala de aula.

Aos coordenadores foi questionada a sua percepção quanto ao fato das atividades complementares contribuírem ou não, para a qualidade do curso.

<b>Opinião do Coordenador sobre as Atividades Complementares na Qualidade do Curso</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Muito importante, faz com que o aluno busque uma formação diferenciada.	4	57%
Importante, é bom para o curso	3	43%
Indiferente	0	0%
Ruim ao aluno e para a qualidade do curso por que o aluno perde tempo, que deveria ser de aula presencial.	0	0%

#### **Quadro 26 – Contribuição das Atividades Complementares na Qualidade do Curso**

Fonte: Elaborado pela Autora

A maioria das instituições respondeu que é muito importante, devido ao aluno buscar formação diferenciada, flexibilizando o ensino e elevando a qualidade do curso.

As atividades complementares devem ser organizadas e administradas de forma a ser um diferencial positivo para o aluno e para o curso.

Foi questionada ao coordenador qual sua percepção quanto à maior dificuldade ao lidar com atividades complementares. O Quadro 27 mostra essas dificuldades.

<b>Dificuldades em Administrar a questão das Atividades Complementares</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
Falta de tempo do aluno que estuda a noite e trabalha durante o dia	3	43%
Burocracia, organização e recepção de documentos.	4	57%

#### **Quadro 27 – Dificuldades em Relação às Atividades Complementares**

Fonte: Elaborado pela Autora

A maioria das instituições alegou que a burocracia, a organização e a recepção dos documentos são as maiores dificuldades.

Foi questionado ao coordenador, se no caso de não ser obrigatório na grade curricular de sua instituição, se teria atividades complementares.

<b>Importância das Atividades Complementares independente da obrigatoriedade e validade como conceito de avaliação</b>	<b>Instituições</b>	<b>%</b>
As AC são uma importante estratégia de ensino, que estimula a pesquisa e o autodesenvolvimento	6	100%
As AC são importantes considerando a diminuição do custo do curso	0	0%
Se não houvesse obrigatoriedade não teria AC, considerando o aumento do custo	0	0%
Se não houvesse obrigatoriedade não teria AC, devido à dificuldade na administração.	0	0%

**Quadro 28 – Atividades Complementares Independente da Obrigatoriedade**

Fonte: Elaborado pela Autora

Todas as instituições responderam que teriam atividades complementares independentemente da obrigatoriedade, o que revela que na opinião dos coordenadores é uma boa estratégia de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhos como este buscam analisar a situação e percepção de um determinado grupo, por determinado assunto, e isto não significa que esse seja o padrão de todas as instituições de ensino que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis, porém, o grupo foi selecionado considerando um padrão de excelência, valorizando, nesse sentido, as informações obtidas.

Levando-se em conta que a maioria das instituições possui horas de atividades complementares e que, as instituições que não possuem essas atividades, manifestaram sua tendência em se adaptar a essas práticas em seus projetos pedagógicos, podemos considerar essas atividades como regularmente utilizadas nas instituições de qualidade.

De acordo com os estudos efetuados compreendemos que as instituições, com conceito satisfatório pelos critérios estipulados, têm atividades complementares com carga horária diferente, têm manual de orientação para os alunos e não há padrão quanto ao que é, ou não, considerado como atividades complementares.

Quanto às práticas, as atividades são gerenciadas pela coordenação e a maioria das instituições mantém departamentos ou pessoas específicas para cuidar destas atividades que, comumente, são comprovadas com documentos entregues nos prazos determinados aos departamentos, para a secretária ou para os professores responsáveis.

Quanto ao custo ou benefício das atividades complementares, esta questão esteve dividida por estratégia de utilização, mas, esta não pareceu ser o incentivo ou o motivo para deixar de ter atividades complementares.

Quanto às dificuldades, a maioria respondeu que a maior dificuldade é a organização burocrática; poucos responderam que é a falta de tempo do aluno, o que é satisfatório e indica que o aluno é estimulado a se organizar de forma a priorizar à educação. Nenhuma instituição respondeu possuir estratégias que possibilitem aos alunos que trabalham de dia e estudam a noite, que representam a maioria, ter tempo para estas atividades que podem ser feitas aos fins de semana, nas férias, na própria instituição e algumas instituições aceitam, inclusive, experiências profissionais. Assim, cabe ao aluno se organizar para atender essa

tarefa e, por outro lado, as instituições podem usufruir das possibilidades da parcela de ensino a distância, por exemplo, para reorganizar o calendário e deixar dias livres para oferecer atividades, ou, para que o aluno busque em outras instituições cursos e atividades que possam ser consideradas como complementares.

A percepção dos coordenadores, de maneira geral, foi satisfatória com relação à contribuição do desenvolvimento profissional do aluno e para a qualidade do curso; não houve relatos de insatisfação quanto aos cursos terem atividades profissionais e a percepção dos coordenadores com relação à aceitação dos alunos é boa.

Ao questionar se caso não fosse obrigatório haveria na carga horária do curso as atividades complementares, a grande maioria respondeu que sim considerando a importância do aluno em buscar seu próprio conhecimento. Evidentemente, informações novas não são bem vindas quando os professores não estão preparados, ou estão de certa forma, acomodados. Nesse sentido, as atividades complementares se tornam uma ferramenta que força a atualização dos professores.

Este estudo se limitou a estudar questões relacionadas dinâmica da utilização de atividades complementares, nota-se evidente a restrição das pessoas em fornecer informações, seja por falta de tempo ou por não querer divulgar as informações, inclusive no âmbito acadêmico.

Tentou-se reduzir o número de questionários não respondidos, entrando em contato, via telefone, diretamente com os coordenadores; não foram adotados os procedimentos estatísticos, contudo, se fez uso de uma base de dados considerada conceituada, no caso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Foi realizado um questionário compacto, para ser respondido de forma rápida, porém, com uma quantidade de informações satisfatórias para promover uma análise sobre as atividades complementares, de acordo com a proposta da pesquisa.

Não foi identificado trabalho similar, o que levou este trabalho a ter aspectos exploratórios, diferentes vieses, aprofundamentos de aspectos apresentados neste trabalho, bem como a ampliação da pesquisa em outras amostras podem ser objeto de trabalhos futuros.

O campo para a realização de estudos e pesquisas teóricas e empíricas é extenso; há muito que se estudar e evidenciar sobre estratégias de realização de atividades complementares.

Como sugestão para futuros trabalhos é possível destacar alguns tópicos, entre muitos que podem ser explorados, pois, é importante desenvolver trabalhos com aspectos específicos de atividades complementares e com estratégias de utilização.

- Atividades de estímulo à busca do autoconhecimento, realizadas pelas instituições, o que é feito para que os alunos percebam suas limitações, qualidades e expectativas.

- Atividades que levem o aluno de Ciências Contábeis a desenvolver atividades pessoais e interpessoais.

- Atividades de monitoria, pesquisa, utilização de laboratórios na própria instituição, de forma que a instituição tome proveito desse conhecimento e trabalho, bem como o aluno.

- Atividades que estimulem o aluno a se envolver com a sociedade em ações para desenvolvimento sustentável e pesquisas de arranjos produtivos locais.

- Estratégias de utilização da parcela permitida de ensino a distância, possibilitando ao aluno mais tempo para executar, com qualidade, as atividades complementares, estágios e atividades práticas.

De qualquer forma, é importante atentar para o desenvolvimento de técnicas que otimizem a qualidade de ensino; que conscientizem o aluno da necessidade de buscar conhecimento por si próprio e, considerando a idade que os alunos entram nos cursos universitários e os vários apelos da sociedade, temos que, urgentemente, tornar o “aprender a aprender” mais atraente e produtivo.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Maria Ribeiro. As implicações da tecnologia da informação na profissão contábil. In: **Congresso Brasileiro de Contabilidade**, XVI., Goiânia, 2000.

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BOYNTON, William C., JOHNSON, Raymond N., KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas. 2002.

CARDOSO, Jorge Luiz; SOUZA, Marcos Antonio de; ALMEIDA, Lauro Brito. Perfil do Contador na Atualidade: um estudo exploratório. **Base: Revista de Administração e Contabilidade**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: UNISINOS, 3(3):p. 275-284, set./dez. 2006.

CAVALCANTE, Carmem Haab Lutte. Percepção dos alunos iniciantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis sobre a profissão contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n 177 Pag.51-63. Brasília/DF – CFC -2009.

CATELLI, Armando. Entrevistado. In. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (Org.). **Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras**. São Paulo: D´Escrever, 2009.

COSTA, Jonas Freire da. **Estudo Exploratório sobre a proposta curricular para o curso de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior em São Paulo: avaliação de sua aderência a uma abordagem sistêmica**. Dissertação (Mestrado) Controladoria e Contabilidade Estratégica. Centro Universitário Álvares Penteado São Paulo: UNIFECAP, 2003.

CZESNAT, Aline Oliveira; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Análise Comparativa Entre os Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades do Estado de Santa Catarina Listadas pelo MEC E O Currículo Mundial Proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR. **Revista Gestão & Regionalidade**. Vol. 25, Num. 75, Dezembro de 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FARI, Murilo Arthur; NOGUEIRA, Valdir. Perfil do Profissional Contábil: Relações entre formação e atuação no mercado de trabalho. **Revista Perspectivas Contemporâneas**. Pag. 117 -131, v.2, n.1, Campo Mourão, 2007

FLEURY, Afonso.; FLEURY, Maria Tereza L. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. Construindo o Conceito de Competência. **RAC**, Edição Especial 2001: 183-196

FRANCO, S. **Criando o próprio futuro: O mercado de trabalho na era da competitividade total.** São Paulo: Ática, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 27ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Didática do Ensino Superior.** São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas. 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da Contabilidade.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KRAUTER, Elizabeth; FAMA, Rubens. Um Estudo sobre a Evolução da Função Financeira da Empresa. In: **VIII SEMEAD - Seminários em Administração, 2005**, São Paulo. Caderno de Resumos e CD v1 P.3.. São Paulo : Universidade de São Paulo/FEA, 2005. v. 1. p. 35-35.

KOYAMA, Cristiana Mizue; SILVA, Danielle Cristine da; OLIVEIRA, Cosmo Rogério de. Perfil do profissional contábil e as diretrizes de uma nova grade curricular. **Revista de Estudo Contábeis**, Londrina, v. 1, n 1, P.57-76, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos.** São Paulo: Atlas, 2003.

LISBOA, Lazaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LOMBARDI, Jose Claudinei. **Pesquisa em Educação, História, Filosofia e Temas Transversais.** Campinas: Autores Associados, 1999.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade**, Uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES DE SÁ, Antonio. **Teoria da Contabilidade**. 3ª ed . São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Perícia Contábil**. 7ª ed . São Paulo: Atlas, 2005.

MARIN, Tany Ingrid Sagredo; LIMA, Silene Jucelino de; CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. Formação Do Contador – O que o Mercado quer, é o que ele tem? Estudo de Caso sobre o Perfil Profissional dos Alunos de Ciências Contábeis. **11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo/SP 28 e 29 julho de 2011.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos; ROBLES JR., Antonio. A busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil: **Revista Conselho Regional de Contabilidade**. São Paulo, ano 1, n.5 p. 38-45 julho, 1998.

MARTINS, Eliseu; MARTINS, Vinícius A.; MARTINS, Eric A. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. **Revista de Informação Contábil – RIC/UFPE**, v. 1, n. 1, p. 7-30, Recife, setembro, 2007.

MARTINS, Eliseu. Entrevistado. In. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (Org.). **Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras**. São Paulo: D´Escrever, 2009.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro; Escola Politécnica: Possivelmente o Primeiro Curso formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Revista de Contabilidade e Finanças - USP**, n. 42, p. 113-122, São Paulo, Set/Dez, 2008.

MIRANDA, Claudio de Souza; RICCIO, Edson Luiz; MIRANDA, Raissa Alvares de Matos. Panorama do Ensino Gerencial no Brasil. **11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, 2011.

NEEDLES JR, B.E., CASCINI, K, KRYLOVA, T. e MOUSTAFA, M. Strategy for implementation of IFAC International Education Guideline nº 9 - Prequalification education, tests of professional competence and practical experience of professional accountants: a task force report of the International Association for Accounting Education and Research (IAAER). **Journal of International Financial Management and Accounting**, 2001. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-646X.00076/abstract>. Acesso em 28 set. 2011.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

NOSSA, Valcemiro. A necessidade de professores qualificados e atualizados para o ensino da Contabilidade. **Revista do CRC-SP**. n. 9, set. 1999. Disponível em [http://portal2.unisul.br/content/navitacontent\\_/userFiles/File/pagina\\_dos\\_cursos/CCO TB/ensinocontabilidade.pdf](http://portal2.unisul.br/content/navitacontent_/userFiles/File/pagina_dos_cursos/CCO_TB/ensinocontabilidade.pdf) Acesso em 08 set. 2011.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada, Teoria e Prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos da Pesquisa Contábil**. São Paulo, Atlas, 2011.

PASSOS, Ivan Carlin. **A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa contábil: um estudo no município de São Paulo**. 164 F. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 2004.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco P. da; SEGRETI, João B.; CHIROTTO, Amanda R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade & Finanças**. Edição 30 anos de Doutorado, p. 19-32, São Paulo, junho, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINTO, Rosângela de Oliveira. **Educação Profissional: a avaliação da aprendizagem e a lógica das competências**. PUC/Campinas: Campinas, 2011.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (Org.). **Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras**. São Paulo: D´Escrever, 2009.

ROMOS, Alkindar de Toledo. Entrevistado. In. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (Org.). **Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras**. São Paulo: D´Escrever, 2009.

RONCA, Paulo Afonso Caruso; TERZI, Cleide do Amaral. **A Prova Operatória – Contribuições da Psicologia do Desenvolvimento**. 25ª ed. São Paulo. Edesplan, 1991.

RUDIO, Fraz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, Ariovaldo. Entrevistado. In. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (Org.). **Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária – FEA/USP entre números e palavras**. São Paulo: D´Escrever, 2009.

SANTOS, José Luis; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves; PINHEIRO, Paulo Roberto; NAKAGAWA, Masayuki. A Importância do capital intelectual na Sociedade do Conhecimento. **Contexto**. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 8, p. 1-16, 2008.

SANTOS, Edilene; CALIXTO, Laura. Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas. **RAE-eletrônica**, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2010.

SECURATO, José Roberto. **Decisões financeiras em condições de Risco**. São Paulo: Atlas, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. rev. e atualiz. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Paula Ferreira; FELICIANO, Cintia de Souza; BRITO, Cristiany Lime de; CASTRO, Jannivele Melo de. Competências Exigidas aos profissionais de controladoria pelo Mercado de Trabalho. **XIII Semead** - São Paulo, Setembro de 2010. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/171.pdf>. Acesso em 01 set 2011.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M.. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SONTAG, Anderson Giovane; HUFF, Giovane; HOFER, Elza; LANGARO, Jerri Antonio. **Fatores que influenciam a opção pelo curso de Ciências Contábeis**. **VI Seminário de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel**. Cascavel: UNIOESTE, 2007. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html> . Acesso em 12 jul. 2011.

## REFERÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO

AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – AICPA. Core competency framework for entry into the accounting profession. 2007. Disponível em: [http://www.picpa.com.ph/getmedia/453f86ea-caab-43ae-9b39-3ddb6331\\_ccf/education1.aspx](http://www.picpa.com.ph/getmedia/453f86ea-caab-43ae-9b39-3ddb6331_ccf/education1.aspx) Acesso em: 29/09/2009.

BRASIL. **Resolução CNE/CES, n. 10**, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado e da outras providências. Brasília: MEC, 2004. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/> Acesso em 05 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES, n. 2**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília: MEC, 2007. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/>. Acesso em 05 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES, nº 3**, de 3 outubro de 1992. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. Brasília: MEC, 1992. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/>. Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES, nº 4**, de 02 de Julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf). Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **LDB 9394**, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Edital SESU no. 04**, de 10 de dezembro de 1997. Convoca as instituições de ensino superior a apresentar propostas para as diretrizes curriculares dos cursos superiores. Brasília. MEC. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/e04.pdf>. Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 20.158**, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial regulamenta a profissão de contador e dá outras providencias. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec20158-1931>. Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 7.988**, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>. Acesso em 28 set. 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei 10.861**, de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm) Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 9.295**, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda - livros e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.cfc.org.br/uparq/lei1249.pdf>. Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei no. 1401**, de 31 de julho de 1951. Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Rio de Janeiro. 1951. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.htm>. Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei no. 4024**, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. MEC. Brasília. 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei no. 12.249**, de 11 de Junho de 2010. Altera a lei de Regência da função contábil, Brasília. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/12249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12249.htm) . Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Parecer 67**, de 11 de março de 2003. CNE/CES Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Brasília. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf> http. Acesso em 28 set. 2011

\_\_\_\_\_. **Parecer 108**, de 07 de maio de 2003. CNE/CES Duração de cursos presenciais de Bacharelado Cursos de Graduação. Brasília. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0108>. Acesso em 28 set. 2011

\_\_\_\_\_. **Parecer 289**, de 06 de Novembro de 2003. CNE/CES Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em ciências contábeis. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0289.pdf> Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Parecer 776**, de 03 de Dezembro de 1997. CNE/CES. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997. [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pces776\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pces776_97.pdf). Acesso em 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Parecer 0146**, de 03 de abril de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Brasília, 2002. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em 28 set. 2011.

BRASIL. **Parecer 397/62**. CFE Divide os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais nos ciclos: básico e de formação profissional. MEC. Rio de Janeiro: 1962. Esse Parecer foi ratificado pela Resolução CFE sem número, de 8.02.1963, fixou os mínimos de duração do curso de Ciências Contábeis

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução 1243. Perícia Contábil. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.aspx> Acesso em 13 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução 560**. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Rio de Janeiro, 1983. Disponível: em [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1983/000560](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1983/000560). Acesso em 13 set. 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo Técnico de 2009**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-relatorio\\_tecnico](http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-relatorio_tecnico). Acesso em 13 set. 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em 18 nov. 2011

\_\_\_\_\_. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância)**, Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica>. Acesso em 13 set. 2011.

SÃO PAULO. **Decreto-Lei n. 15601**, de 26 de janeiro de 1946. Institui a Faculdade de Ciências Econômicas na USP. 1946. São Paulo. Decreto-Lei do Estado de São Paulo. Disponível em [http://www.eac.fea.usp.br/CADERNOS/COMPLETOS/ED\\_COMEMOR3/EDITORIAL.PDF](http://www.eac.fea.usp.br/CADERNOS/COMPLETOS/ED_COMEMOR3/EDITORIAL.PDF) Acesso em 13 set 2011

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS COORDENADORES

O questionário segue apresentando o objetivo e as questões em seguida:

**Objetivo 1: Identificar a quantidade de horas de atividades complementares e a divisão de horas do curso.**

1 – O curso possui horas para atividades complementares?

( ) Sim ( ) Não

2 – Como é dividida a carga horária ?

Distribuição	Horas Presencias	Horas a distância	Total
Disciplinas obrigatórias			
Disciplinas opcionais			
Estagio			
TCC			
Atividades Complementares			
Outras			
Total de horas			

Se tiver outras atividades evidencie: \_\_\_\_\_

**Objetivo 2: Identificar a distribuição das horas de atividades complementares.**

3 – Há norma, diretriz, ou manual para as atividades complementares?

( ) Sim ( ) Não

Caso tenha, solicito a gentileza de enviar-me por e-mail.

4 – A Instituição oferece atividades que podem ser consideradas como complementares?

( ) Sim, não é cobrado nada para a participação do aluno

( ) Sim, é cobrado à parte, para o aluno que quer participar.

( ) Não, o cumprimento de todas as atividades são de responsabilidade do aluno

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

5 – Tipos de atividades oferecidas pela Instituição. Selecione somente as que são oferecidas e inclua as que achar que são relevantes.

- Participação em Seminários, Congressos, Simpósios
- Palestras
- Atividades em Laboratório
- Participação em Pesquisas
- Monitoria
- Atividades Sociais em conjunto com a Instituição.
- Cursos livres – oferecido pela instituição.

OUTRAS: \_\_\_\_\_

6 – Tipo de atividades que valem como complementares. Selecione somente as que são oferecidas e inclua as que achar que são relevantes.

- Curso de Línguas
- Cursos de Extensão e Cursos Livres não relacionadas ao curso
- Leitura de Livros
- Participação em Grupos de pesquisas, independente da instituição
- Estágio Não Obrigatório
- Monitoria
- Atividade Profissional Comprovada.
- Participação em Seminários, Congressos, Simpósios
- Palestras
- Atividades em Laboratório
- Participação em Pesquisas
- Atividades Sociais em conjunto com a Instituição.
- Cursos livres – oferecido pela instituição.

OUTRAS: \_\_\_\_\_

7 – Quanto à quantidade de horas que devem ser feitas em cada atividade:

- as horas podem ser feitas em qualquer atividade, não há carga horária mínima ou máxima e nem valoração diferente por atividade.
- as horas podem ser feitas em qualquer atividade, considerando a carga horária máxima.
- há uma valoração de horas diferentes por atividade, e há atividades que têm carga horária mínima e máxima.
- há uma valoração de horas diferentes por atividade, não há atividade com carga horária mínima, somente máxima.
- há uma valoração de horas diferentes por atividade, não há atividade com carga horária mínima ou máxima.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

**Objetivo 3: Analisar a forma de organização burocrática das atividades complementares, quanto a documentos e prazos.**

8 – Como é organizado o cumprimento das horas?

- As atividades podem ser cumpridas em qualquer fase do curso.
- Tem uma quantidade de horas a ser cumprida por semestre
- Só pode ser cumprida a partir de determinado semestre.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

9 – Como é feita a comprovação de cumprimento das atividades.

Através de formulário/relatório próprio da instituição, com assinatura do responsável pela atividade ou cópia do documento que comprove o cumprimento da atividade.

Somente com o formulário/relatório da instituição. Não é exigido o comprovante.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

10 – Há um profissional exclusivo para orientar e organizar as atividades complementares?

Sim  Não

Comente: \_\_\_\_\_

11 – A quem são entregues os documentos que comprovam o cumprimento das atividades complementares?

À secretária

Ao Coordenador do Curso

Ao Professor responsável pelas atividades complementares.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

12 – Com relação ao prazo de entrega pode ser:

A qualquer momento.

Semestralmente.

Anualmente.

No final do curso.

**Objetivo 4: Identificar a estratégia de realização de atividades quanto ao tempo, para os alunos que estudam no período noturno. Analisar a situação de disciplinas a distância, qual a % e dias que o aluno não vai até a instituição, ou sai mais cedo, possibilitando àqueles que trabalham tempo de folga para exercer determinada atividade.**

13 – Na situação dos alunos que estudam a noite, a instituição tem alguma estratégia para possibilitar viabilidade de tempo para os alunos exercerem essas atividades?

Não há nenhuma estratégia; a responsabilidade é do aluno.

Uma das estratégias é a parcela de educação a distância, flexibilizando o tempo do aluno.

A maior parte das atividades é feita em atividades na instituição no período de aulas.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

14 – Comente sobre a divisão de horas semanais.

---

---

---

---

**Objetivo 5: Analisar o custo ou ganho financeiro com atividades complementares.**

15 – Quanto custo ou ganho financeiro, o que as atividades complementares representam?

( ) é uma estratégia de diminuição de custo; como as atividades são de responsabilidade dos alunos a instituição diminui o custo de horas aulas no total do curso

( ) as atividades complementares oneram o curso devido a sua estruturação, com atividades que são executadas pela instituição para servir como atividade complementar para os alunos.

( ) as atividades complementares oneram o curso devido à necessidade de manter um professor para coordenar estas atividades.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

**Objetivo 6: Analisar a percepção dos coordenadores quanto às atividades complementares.**

16 – Na sua opinião qual a importância da parcela de horas destinadas a atividades complementares na formação do aluno?

( ) Muito importante, faz com que o aluno busque sua formação diferenciada

( ) Importante, é bom para o aluno

( ) Indiferente

( ) Ruim para o aluno, pois nessas horas ele deveria ficar em sala de aula.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

17 – Na sua opinião qual a percepção dos alunos com relação a atividades complementares?

( ) Muito importante, entendo como diferencial da instituição

( ) Importante, é bom para ele próprio

( ) Indiferente, não há rejeição

( ) Ruim, devido à falta de tempo do aluno para execução das atividades

( ) Ruim, acha que estas horas deveriam ser de aulas presenciais.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

18 – O que você acha das atividades na qualidade do curso?

( ) Muito importante, faz com que o aluno busque sua formação diferenciada.

( ) Importante, é bom para o curso

( ) Indiferente

( ) Ruim para o aluno e para a qualidade do curso, pois o aluno perde tempo que deveria ser de aula presencial.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

19 – Quais as dificuldades em administrar a questão das atividades complementares?

Falta de tempo do aluno que estuda a noite e trabalha durante o dia

Burocracia, organização e recepção de documentos.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

20 – Na sua opinião se fosse opcional (sugerido) e ignorado na avaliação do INEP as atividades complementares, a sua instituição teria horas destinadas a essas atividades?

Sim, é uma importante estratégia de ensino, que estimula a pesquisa e o autodesenvolvimento

Sim, considerando a diminuição do custo do curso

Não, considerando o aumento do custo

Não, devido à dificuldade de administrar.

OBS: Caso nenhuma resposta reflita a sua realidade, inclua a sua.

Fique à vontade para fazer comentários ou sugestões que ache importante.

Obrigada.

## APÊNDICE 2 – CARTA AOS COORDENADORES

Boa Tarde, conforme contato via telefone:

Meu nome é Ana Cristina, sou mestranda do curso de Ciências Contábeis e Finanças da PUC em São Paulo, estou fazendo minha dissertação sobre “Estratégias de Atividades Complementares”, orientada pelo professor José Carlos Marion.

Abaixo segue o questionário, sendo que algumas questões têm alternativas que podem não refletir sua realidade, neste caso inclua sua resposta.

É um privilégio obter informações de coordenadores de sucesso. Parabéns pelo trabalho!

Para compor a amostra foram selecionadas 19 instituições, considerando

As 9 instituições que tiveram conceito 5 no ENADE e 10 instituições seguindo o seguinte critério: ao todo, das sessenta e três instituições que receberam conceito quatro, responderam a questão sobre projeto pedagógico oito mil e trinta e cinco alunos, o que deu uma média (o número total de alunos dividido pelo número de instituições com conceito quatro) de cento e vinte e oito alunos por instituição, sendo assim foram consideradas as dez maiores notas de avaliação de projeto pedagógico das instituições com conceito quatro, com no mínimo cento e vinte e oito alunos que responderam a questão sobre projeto pedagógico.

As instituições selecionadas foram:

### Instituições avaliadas pelo ENADE em 2009 com IGC 5

Instituição de Ensino	Sigla	Cidade	UF	Conceito
Universidade de Brasília	UNB	Brasília	DF	5
Faculdade FUCAPE	FUCAPE	Vitória	ES	5
Universidade Federal de Goiás	UFG	Goiania	GO	5
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Belo Horizonte	MG	5
Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	São João Del Rei	MG	5
Fundação Universidade Federal de Viçosa	UFV	Viçosa	MG	5
Universidade Veiga de Almeida	UVA	Rio de Janeiro	RJ	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Porto Alegre	RS	5
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Florianópolis	SC	5

Fonte: Disponível no Portal do INEP (2009)

### Instituições Avaliadas pelo ENADE considerando a nota de projeto pedagógico

Instituição de Ensino	Sigla	Cidade	UF	Conceito
Centro Universitário UNIVATES	UNIVATES	Lajeado	RS	4
Centro Universitário FECAP	FECAP	São Paulo	SP	4
Instituto de Ensino Superior COC	COC	Ribeirão Preto	SP	4
Faculdade INEDI	CESUCA	Cachoeirinha	RS	4
Universidade Paulista	UNIP	São Paulo	SP	4
Universidade de Caxias do Sul	UCS	Bento Gonçalves	RS	4
Universidade do Norte do Paraná	UNOPAR	Londrina	PR	4
Universidade Paranaense	UNIPAR	Umuarama	PR	4
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	São Paulo	SP	4
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUCSP	São Paulo	SP	4

Fonte: Disponível no Portal do INEP (2009)

### Agradeço e aguardo retorno

Obrigada